

DOMESTICIDADE,
GÊNERO E
CULTURA MATERIAL



Reitor
Vice-Reitor

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Prof. Dr. Vahan Agopyan



Pró-Reitora
Pró-Reitor Adjunto de Cultura
Pró-Reitor Adjunto de Extensão Universitária

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho



Diretora
Vice-Diretora

CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

Profa. Dra. Mônica Junqueira Camargo
Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva

Assistente de Direção
Assistente Técnico de Direção
Secretária
Técnico para Assuntos Administrativos
Analista de sistemas
Técnico em Manutenção
Motorista
Especialistas em Laboratório

Especialista em Pesquisa / Apoio de Museu
Educatória

Sabrina Studart Fontenele Costa
Bruna Gabriela Elias
Cláudia Rodrigues Alvim D'Arco
Ewerton da Silva Vilela
Antonio Francisco Barros de Azevedo
Elwis dos Santos
André Ricardo da Silva
Ana Célia de Moura
Gabriel de Andrade Fernandes
Lucimara Vianna
Cibele Monteiro da Silva
Maria Del Carmen Hermida Martinez Ruiz



Diretor-presidente

EDITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Plinio Martins Filho

Presidente
Vice-presidente

COMISSÃO EDITORIAL
Rubens Ricupero
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Chester Luiz Galvão Cesar
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Mayana Zatz
Tânia Tomé Martins de Castro
Valeria De Marco
Carla Fernanda Fontana
Cristiane Silvestrin

Editora-assistente
Chefe Téc. Div. Editorial

ESTUDOS CPC 5

**DOMESTICIDADE,
GÊNERO E
CULTURA MATERIAL**

Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello de Carvalho e Silva,
José Tavares Correia de Lira e Silvana Barbosa Rubino (orgs.)



ESTUDOS CPC 5

Copyright © by organizadores.

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento
Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP
Adaptada conforme normas da Edusp

Memória, trabalho e arquitetura / João Marcos Lopes e José Lira, org. – São Paulo :
Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
384 p. ; 23 cm. -- (Estudos CPC; 3).

Bibliografia.
ISBN 978-85-314-1398-8.

1. Arquitetura. 2. Patrimônios históricos. I. Lopes, João Marcos. II. Lira, José. III. Série.

CDD 720

Direitos reservados a

CPC

Centro de Preservação Cultural

Rua Major Diogo, 353
01324-001 – Bela Vista – São Paulo, SP, Brasil
Tel + 55 11 3106-3562
www.usp.br/cpc – e-mail: cpcadm@usp.br

EDUSP

Editores da Universidade de São Paulo

Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – Butantã – São Paulo, SP, Brasil
Divisão Comercial: Tel + 55 11 3091-4008 / 3091-4150
SAC + 11 3091-2911 – Fax + 11 3091-4151
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2016
Foi feito o depósito legal

	Domesticidade, gênero e materialidade: novos desafios do patrimônio cultural <i>Mônica Junqueira de Camargo</i>	9
	Espaço doméstico: encontros possíveis entre gênero e cultura material <i>Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello de Carvalho e Silva, José Tavares Correia de Lira e Silvana Barbosa Rubino</i>	27
DOMESTICIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE	Um sobrado como mediação: Ana Rosa de Araújo entre a reclusão e a vida social (São Paulo, século XIX) <i>Paulo César Garcez Marins</i>	51
	Nas casas 37, personagem e domesticidades <i>Marly Rodrigues</i>	73
	A Casa de Dona Yayá: registros de suas domesticidades no Centro de Preservação Cultural da usp <i>Sabrina Studart Fontenele Costa</i>	93
	Bixiga, modos de morar, modos de viver <i>Ana Lúcia Duarte Lanna</i>	111
	O lugar da casa na belle époque carioca <i>Luciana Alem Gennari</i>	131
MORADIAS MODERNAS E DISPOSITIVOS DE CONFORTO	Conforto, bem-estar e cultura material na França <i>Monique Eleb</i>	157
	Da rede à BKF: a casa privada e o conjunto público de Carmen Portinho e Afonso Reidy <i>Flávia Brito do Nascimento</i>	175
	Do braseiro aos queimadores: a transformação dos fogões <i>Jorge Francisco Liernur</i>	203
	Sobre modos de morar e modos de administrar a moradia: Edifício Esther, 1932-1962 <i>Fernando Atique</i>	217
	Nos processos de domesticidade, a superposição de práticas cotidianas no mesmo espaço arquitetônico <i>Carlos A. C. Lemos</i>	237

249	As esculturas inspiradas na vida galante: um exercício de análise <i>Vânia Carneiro de Carvalho</i>	CORPO, GÊNERO E DOMESTICIDADE
271	Casas e domesticidade encenadas na metrópole <i>Heloisa Pontes</i>	
285	Modernismo, erotismo e domesticidade masculina: a Casa Capuava de Flávio de Carvalho <i>José Tavares Correia de Lira</i>	
319	Imperfeitas mulheres: suburbanização, gênero e domesticidade <i>Silvana Barbosa Rubino</i>	
339	Gênero e domesticidade pelas colunas femininas de Clarice Lispector <i>Joana Mello de Carvalho e Silva</i>	REPRESENTAÇÕES FEMININAS DO HABITAR
365	Georgia Hauner e a revista Claudia: revistas, mulheres e design moderno no fim dos anos 1960 <i>Mina Warchavchik Hugerth</i>	
389	A “casa jovem”: Imagens da modernização do lar nos anos 1960 e 1970 na revista Claudia da Argentina <i>Anahi Ballent</i>	
409	A domesticidade pop no Brasil dos anos 1970: Imagens de “feminismo popular” na revista Casa & Jardim <i>Marinês Ribeiro dos Santos</i>	

ESPAÇO DOMÉSTICO: ENCONTROS POSSÍVEIS ENTRE GÊNERO E CULTURA MATERIAL

*Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello de Carvalho e Silva,
José Tavares Correia de Lira e Silvana Barbosa Rubino*

Apesar de indissociavelmente ligado à vida social, o espaço doméstico foi frequentemente pensado como seu avesso: domínio do privado versus o público, do silêncio versus o discurso, de necessidades e não da liberdade, do costume e não do acaso, lugar por excelência de exercício incontestável do poder patriarcal sobre mulheres, crianças, servos, escravos, animais, terras, bens, recursos e outras coisas. Tradicionalmente pensado como carente de história, sua constituição física, as práticas, relações, sentimentos e sujeitos nele abrigados, as permanências e mudanças que ele exprime da vida coletiva e individual, os processos de memória que sustenta, demoraram a receber a atenção dos historiadores. E dos preservacionistas a propósito. Em detrimento do fato de a própria ideia de habitação ser profundamente marcada por um imaginário de identidade, enraizamento e continuidade.

No campo da preservação, a habitação esteve frequentemente entrelaçada às temáticas propostas pela historiografia. A atribuição de valor e as práticas seletivas foram comumente a face operativa daquilo que se legitimava nas narrativas. A vida material, os espaços domésticos e a dimensão da vida

1 Referimo-nos, por exemplo, aos museus no Brasil que abrigam coleções que tratam do cotidiano e da domesticidade, como o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o Museu da Casa Brasileira em São Paulo, e o Museu do Oratório em Minas Gerais.

2 Ver os estudos de Antônio Dias de Andrade sobre a arquitetura rural no Vale do Paraíba realizados para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).

3 Georges Duby, “Préface à L’histoire de la vie privée”, 1985, pp. 9-11; Philippe Ariès, “Pour une histoire de la vie privée”, 1986, pp. 7-19; Michelle Perrot, “Introduction”, 1987, pp. 9-13; Michelle Perrot, “Manières d’habiter”, 1987, pp. 307-323; Antoine Prost, “Frontières et espaces du privé”, 1987, pp. 15-153.

cotidiana na sua possibilidade de contarem a história social apareceram na preservação em momentos e lugares específicos, como em situações museológicas¹. Basta dizer que o livro do tomo das Artes Aplicadas, estabelecido pelo decreto-lei n. 25 de 1937, que até hoje salvaguarda o patrimônio nacional, praticamente não foi utilizado, contando com apenas duas inscrições. Alguns estudos sobre o mundo rural, visando à preservação das formas de morar ligadas à arquitetura do café no Vale do Paraíba paulista, se interessaram pela dimensão técnica e doméstica dos modos da vida cotidiana, embora tenham ficado circunscritos a ações pontuais².

O descortinar recente do universo da vida privada pelo prisma da história cultural e das mentalidades teve efeitos importantes na pesquisa sobre a habitação. Talvez o mais visível tenha sido o fortalecimento das abordagens da história habitacional, que já há algum tempo vinham conquistando espaço junto à antropologia histórica do cotidiano, da família, do parentesco e da sexualidade, e desviando dos grandes panoramas evolutivos, das análises excessivamente sociológicas ou dos estudos aplicados da produção, arquitetônicos, políticos ou morais. Ao valorizar, entre outras coisas, relações entre espaços e maneiras de habitar, ou entre suportes materiais da vida privada e distintos usos, estruturas e significados da família, da intimidade, da convivialidade e da sexualidade, essa nova inflexão historiográfica pavimentou o caminho para toda uma geração de trabalhos no campo.

Um de seus desafios de fato foi o enfrentamento de uma noção oitocentista como a de vida privada para pensar na longa duração as oposições, contaminações e homologias entre os mundos do privado e do público, do restrito e do visível, do doméstico e do urbano, do feminino e do masculino. Não por acaso, em paralelo à promoção da esfera doméstica no campo da história, o universo feminino ganharia centralidade e personagens até então pouco presentes, como profissionais, pregadoras, filantropas, matriarcas, burguesas, operárias, militantes, funcionárias, donas de casa, esposas, preceptoras, serviços, publicistas etc. entrariam definitivamente em cena³.

É verdade que, desde a década de 1970, o lugar das mulheres na história, na sociedade e na cultura vinha sendo reavaliado por intermédio de múltiplos

enfoques de atenção, metodologias e linhas de interpretação. Em grande parte marcados pelo influxo do feminismo no âmbito acadêmico, esses estudos evidentemente não se restringiram ao exame dos papéis tradicionais das mulheres nem das ideologias da domesticidade que tantas vezes as condenaram ao silêncio e à sombra dos estereótipos⁴. Iluminaram também regiões até então pouco investigadas de sua práxis: seu estatuto civil, seu lugar na ordem social e nas divisões sexuais, sua participação política, formas próprias de organização, lutas e conquistas, suas condições de trabalho, suas contribuições intelectuais e artísticas, sua vida amorosa, sexual, reprodutiva e ritual, entre outras coisas⁵. Em busca de suas representações, frequentemente mediadas por homens, mas sobretudo de suas próprias palavras e gestos, públicos e privados.

O investimento, aliás, em novos temas e formas de expressão e de luta política parece ter estimulado a investigação histórica e o debate teórico nessa área. O fato é que na história social das mulheres desde então, vem se impondo uma perspectiva de gênero voltada à desconstrução das relações socialmente construídas entre os sexos⁶. Em outras palavras, tal história vem se apoiando na percepção de que as diferenças entre os sexos não são apenas uma maneira básica de representar as relações de poder, mas algo constitutivo das relações sociais, envolvendo enquanto tal identidades subjetivas, formas e instituições morais, econômicas e políticas além de uma série de símbolos culturais e conceitos normativos acerca do masculino e do feminino⁷.

É possível distinguir naqueles anos uma nova safra de trabalhos sobre habitação que claramente ecoam estas novas linhas de investigação. Produzidos inicialmente por historiadores e cientistas sociais, e pouco depois por arquitetos, agora também mulheres, uma série de publicações começariam a problematizar as formulações de gênero na base da ideia de domesticidade. Kathryn Sklar, por exemplo, em sua biografia da educadora Catharine Beecher, de 1973⁸, colocou-se o desafio de compreender a gênese de uma ideia norte-americana de domesticidade no século XIX, tendo em vista a transformação dos papéis políticos, religiosos e familiares da mulher nos Estados Unidos em um momento no qual o individualismo e as aspirações pessoais cada vez mais pareciam ali se confundir às ideologias da nação. Na mesma direção, a monografia de

4 Michelle Perrot, *Les femmes ou les silences de l'histoire*, 1998.

5 Joan Wallach Scott, "Women's History", 1988, pp. 15-27.

6 Georges Duby e Michelle Perrot, "Écrire l'histoire des femmes", 1991, p. 15.

7 Joan Scott, "Gender: a Useful Category of Historical Analysis", 1988, pp. 42-45; Joana Maria Pedro, "Traduzindo o Debate: o Uso da Categoria Gênero na Pesquisa Histórica", pp. 77-98, 2005.

8 Kathryn Kish Sclar, *Catharine Beecher: a Study in American Domesticity*, 1973.

9 Nancy F. Cott, *The Bonds of Womanhood: "Woman's Sphere" in New England, 1780-1835*, 1977.

10 Anne Martin-Fugier, *La Place des Bonnes: la domesticité féminine à Paris en 1900*, 1979.

11 Gwendolyn Wright, *Moralism and the Model Home: Domestic Architecture and Cultural Conflict in Chicago, 1873-1913*, 1980, e *Building the Dream: a Social History of Housing in America*, 1981.

12 Dolores Hayden, *The Grand Domestic Revolution: History of Feminist Design for American Homes, Neighborhoods and Cities*, 1981.

13 Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, *Architectures de la vie privée: maisons et mentalités, xviii-xix siècles*, 1989, e *L'invention de l'habitation moderne*, Paris 1880-1914, 1998.

Nancy Cott, de 1977, sobre a história social das mulheres na Nova Inglaterra do começo do século XIX⁹, que se baseou em uma documentação eminentemente autográfica como cartas e diários, pôs em cheque a gênese do próprio conceito de “esfera feminina”, como indissolivelmente ligada à habitação, à gestão econômica do lar, à vida conjugal, à criação dos filhos e à abnegação moral. Na França, o trabalho de Anne Martin-Fugier, de 1979¹⁰, parece ter sido dos primeiros a aliar uma dimensão de classe ao corte de gênero na investigação do lugar das empregadas domésticas no interior das moradias burguesas de Paris na virada do século XIX ao XX, trazendo à luz aspectos até então negligenciados sobre sua origem social, formas de recrutamento, normas de organização de suas rotinas e tarefas domésticas profissionais, suas próprias formas de alojamento, sua vida sexual e uso do tempo livre.

Seja na chave da história cultural e da vida privada, seja inspirados nessa nova geração de pesquisas marcadas pela perspectiva de gênero, algumas monografias ou panoramas de longa duração sobre as transformações na arquitetura doméstica ou a atuação das mulheres na história da habitação começariam a se multiplicar no início dos anos 1980, revelando as fissuras e insuficiências de suas representações universais mais recorrentes. Ainda no começo da década, Gwendolyn Wright, por exemplo, debruçou-se sobre periódicos femininos, manuais de economia doméstica, revistas e almanaques de arquitetura, catálogos de produtos de construção, utensílios caseiros e decoração para compreender as relações entre as mudanças nas moradias unifamiliares norte-americanas e os conflitos morais em torno de valores e práticas tradicionalmente associados às mulheres e à vida individual, familiar e comunitária naquele país¹¹. Na mesma época, e também nos Estados Unidos, Dolores Hayden publicou o seu estudo sobre a importância de um certo feminismo material entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX para a crítica do tradicional confinamento das mulheres a suas casas e a reinvenção pragmática ou utópica de um novo universo da domesticidade¹². Mais para o fim da década e início da seguinte na França, sob o impacto da história das mentalidades no reexame da vida privada, Monique Eleb e Anne Debarre-Blanchard reconstituíram a lenta transformação da habitação naquele país, articulando-a às mudanças coetâneas

nas relações entre homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados em seu interior, nos lugares de intimidade e sociabilidade, ócio e trabalho, bem como nas ideias e práticas de conforto, higiene e prazer¹³.

Trabalhos como esses não foram apenas capazes de valorizar o papel de personagens anônimos na modernização da arquitetura, do design e das cidades, mas foram também importantes para a revisão do trabalho de protagonistas da história da habitação. Pensemos, por exemplo, na reformadora social Octavia Hill na Inglaterra, ou na pedagoga Christine Frederick e nas irmãs Catherine Bauer e Elizabeth Mock nos Estados Unidos, ou ainda na arquiteta Margarete Schütte Lihotzky na Áustria e na Alemanha. Se a historiografia da arquitetura e do urbanismo há tempos vinha reconhecendo algumas de suas contribuições profissionais nesse campo, cada vez mais sua condição feminina viria a ser considerada no exame de sua atuação em um meio ainda dominado por homens.

O fato é que, desde então, toda uma crítica da disciplina arquitetônica, marcada por um discurso logocêntrico e fundamentalmente masculino¹⁴, vem ampliando de modo significativo as possibilidades de leitura da produção arquitetônica, e em especial da arquitetura habitacional. De um lado, vem se alertando para o lugar das clientelas femininas, das dinâmicas de transferência e contratransferência entre clientes e arquitetos ou do esquadramento de territórios masculinos e femininos, de controle e intimidade, racionalidade e libido em projetos residenciais de vanguarda¹⁵. De outro lado, trajetórias femininas das mais relevantes no campo profissional, cultural e político da arquitetura, como as de Charlotte Perriand, Eileen Gray, Carmen Portinho, Lina Bo Bardi, entre outras, vêm sendo repensadas à luz dos desenvolvimentos mais gerais da arquitetura, do design e da produção habitacional de seu tempo¹⁶.

Hoje, portanto, passadas mais de quatro décadas de estudos das relações entre as mulheres e o mundo da domesticidade, já se pode falar de um objeto clássico e de uma tradição de pesquisa plenamente estabelecida. No Brasil, contudo, ela é ainda muito incipiente, em grande parte tributária de uma safra de estudos que emergiu nos anos 1980 em torno das condições de vida das camadas operárias, das formas de controle da reprodução da força de trabalho

14 Diana Agrest, "Architecture from Without: Body, Logic and Sex", 1988, pp. 29-41; Mark Wigley, "Untitled: the Housing of Gender", 1992, pp. 327-389; Robin Evans, "Le Corbusier and the Sexual Identity of Architecture", 1993, pp. 149-173.

15 Beatriz Colomina (org.), *Sexuality and Space*, 1992, e "Battle Lines: E.1027", 1996, pp. 167-182; Sylvia Lavin, "Colomina's Web: Reply to Beatriz Colomina", 1996, pp. 183-190; Alice Friedman, "Not a Muse: the Client's Role at the Rietveld Schröder House", 1996, e *Women and the Making of the Modern House: a Social and Architectural History*, 2006; Sylvia Lavin, *Form Follows Libido: Architecture and Richard Neutra in a Psychoanalytic Culture*, 2004, pp. 217-232.

16 Caroline Constant, *Eileen Gray*, 2000; Mary Mcleod (org.), *Charlotte Perriand: an Art of Living*, 2003; Katarina Bonnevier, "A Queer Analysis of Eileen Gray's E.1027", 2005, pp. 162-180; Despina Stratigakos, "Lesbian Builders and Deviant Homes in Modern Germany", 2005, pp. 145-161; Flávia Brito do Nascimento, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, 2008; Silvana Barbosa Rubino, "Corpos, Cadeiras, Colares: Lina Bo Bardi e Charlotte Perriand", 2010, pp. 331-362; Peter Adam, *Eileen Gray, sa vie, son œuvre*, 2012; Jasmine Rault, *Eileen Gray and the Design of Sapphic Modernity*, 2011; Zeuler Lima, *Lina Bo Bardi*, 2013.

17 Sergio de Azevedo, *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*, 1982; Eva Blay, *Eu não Tenho onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*, 1985; José Sérgio Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, 1988; Eulália Lobo et alii, *Questão Habitacional e o Movimento Operário*, 1989; Mária Carpintéro, *A Construção de um Sonho: os Engenheiros-arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil (São Paulo, 1917-1940)*, 1997; Nabil Georges, *Origens da Habitação Social no Brasil: o Caso de São Paulo. 1930-1954*, 1998; Lilian Fessler Vaz, *Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro – Séculos XIX e XX*, 2002.

18 Maria Ruth A. de Sampaio (org.), *A Promoção Privada da Habitação Econômica e a Arquitetura Moderna (1930-1964)*, 2002; Telma B. Correia, *A Construção do Habitat Moderno no Brasil, 1870-1950*, 2004; Paulo Bruna, *Os Primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil, 1930-1950*, 2010.

19 Carlos Lemos, *Alvenaria Brasileira: Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a Partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café*, 1985; *História da Casa Brasileira*, 1989; *A República Ensina a Morar (Melhor)*, 1999; *Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Traçado pelo Café*, 1999; Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulista e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira*, 1996.

ou dos progressos do higienismo e da habitação social no país¹⁷. E que por vezes dedicaria uma atenção especial à sua arquitetura, soluções tipológicas e técnico-construtiva em relação às transformações urbanas e aos modos de morar, apoiando-se por vezes em fontes de pesquisa até então pouco usuais à historiografia da arquitetura¹⁸. Entre estes, vale destacar a contribuição de Carlos Lemos. Contribuição esta que não se restringiu à produção escrita, mas que contemplou sua ação multiplicadora como professor e orientador por meio da qual muitos outros trabalhos sobre o tema da casa se desenvolveram¹⁹.

Ainda que inscritos nessa linha dominante no país, alguns trabalhos dedicaram certa atenção às relações entre ideários habitacionais e concepções de família e sexualidade, ou mesmo à participação feminina nas políticas habitacionais²⁰. Também a organização de um projeto de história da vida privada no Brasil, à semelhança da matriz francesa, viabilizou o aparecimento de um conjunto valioso de ensaios dedicados à interpretação da habitação, do cotidiano familiar, dos gestos, dos hábitos, das sensibilidades, das formas de convívio, das manifestações da intimidade, das práticas religiosas, morais e sexuais, das relações entre os sexos na formação social brasileira²¹. A coleção compreendeu a vida privada e cotidiana nas suas possibilidades de reconstituir aspectos dos processos históricos de nossa formação. Avançou-se no conhecimento do cotidiano urbano e rural doméstico das casas nos primeiros séculos de colonização e no período republicano. Entre as variadas contribuições ao estudo do mundo da domesticidade no Brasil, o primeiro volume da coleção, que trata da América Portuguesa, traz o artigo de Leila Mezan Algranti “Famílias e Vida Doméstica”, no qual está problematizada a distinção clássica entre público e privado. Sentimentos e intimidade encontram formas distintas de expressão que são apresentadas na relação entre interior e exterior das casas da colônia. Valendo-se de uma gama de fontes de pesquisa, como objetos da cultura material e a própria arquitetura, a autora apresenta aspectos de sociabilidade e dos costumes domésticos daquela sociedade. No terceiro volume da mesma coleção, intitulado “República: da Belle Époque à Era do Rádio”, Paulo César Garcez Marins é autor do artigo “Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras”, que aborda

as formas de morar no alvorecer do século xx. As primeiras décadas do regime republicano e o fim da escravidão trouxeram novos desafios ao ambiente urbano em que se convivia com um quadro de instabilidade social. Ocupação dos morros, saneamento e controle social levam a formas de ocupação do espaço urbano e doméstico em que grandes palacetes, casebres e primeiros edifícios convivem nos espaços em transformação.

A versão argentina da história da vida privada também avança sobre o tema, trazendo em seu segundo tomo o artigo “Casa y Jardines: la Construcción del Dispositivo Doméstico Moderno (1870-1930)”, de Jorge Francisco Liernur²². Nele, o autor entrelaça história social e história da arquitetura, apontando como o processo de modernização em curso impactou as formas de organização da casa nas diversas camadas da sociedade, primeiro com a constituição de novos dispositivos de habitação, depois com a sua compactação por meio da supressão ou junção de ambientes. Um aspecto importante de sua análise reside no papel que a casa cumpre na cidade e na sociedade, as relações entre espaços público e privado sendo mais complexas do que apontadas em outros estudos.

É possível que mais recentemente essa produção venha se ampliando e diversificando também no Brasil, e mesmo uma perspectiva de gênero nos estudos da domesticidade venham se difundindo. Nesse cenário, o livro *Gênero e Artefato: o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material*, de Vânia Carneiro de Carvalho, se destaca. Dedicado a estudar a organização espacial e material do sistema doméstico das elites paulistanas entre os anos de 1870 a 1920, a obra entrelaça a perspectiva de gênero à da cultura material, apoiando-se em um conjunto variado, muito bem circunstanciado, de fontes de pesquisas, de objetos ao edifício, de revistas ilustradas à publicidade, passando pela literatura e a fotografia²³. Em seu olhar acurado, a autora revela como o desenho e a materialidade do mobiliário, além de seu arranjo dentro de uma casa cujos espaços se especializavam, conforme novas rotinas domésticas e padrões de decoração contribuíram para produzir e reproduzir identidades sociais diferenciadas pelo gênero. Identidades estas, contudo, que não devem ser tomadas em sentidos dicotômicos, uma vez que “os territórios masculinos e femininos interpenetram-se”, do mesmo modo como as fronteiras entre as

20 Jurandir Freire Costa, *Ordem Médica e Norma Familiar*, 1979; Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar no Brasil (1890-1930)*, 1985; Flávia Brito do Nascimento, op. cit.

21 Fernando Novais, “Prefácio”, 1997, pp. 7-11.

22 Jorge Francisco Liernur, “Casa y Jardines: la Construcción del Dispositivo Doméstico Moderno (1870-1930)”, 1999, pp. 99-137.

23 Vânia Carneiro de Carvalho, *Gênero e Artefato: o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material*, 2008.

24 Idem, “Gênero e Cultura Material: uma Introdução Bibliográfica”, 2003, pp. 293-324.

25 Hilde Heynen e Gülsüm Baydar (orgs.), *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*, 2005, p.5.

26 Katarina Bonnevier, op. cit., p. 168.

esferas da natureza e da cultura, do trabalho e da família, do público e do privado apesar de definidas, não são estanques, mas antes tênues e mutáveis. O esforço da autora de construir uma história do gênero da perspectiva da cultura material²⁴, tomando como objeto a casa, é partilhado com outros pesquisadores e tem inspirado novos trabalhos como este que ora se apresenta.

*

O presente livro não trata exclusivamente de mulheres, nem especificamente de arquitetura, nem se pretende reunir aqui um conjunto de leituras feministas da história habitacional. Pretende, antes, oferecer uma visão plural das mutações e significados da domesticidade nos séculos XIX e XX à luz de questões postas pelas histórias de gênero, vida privada e cultura material.

O espaço da domesticidade é aqui pensado como algo móvel, polisêmico, negociado²⁵, que envolve dimensões físicas – de qualquer espaço construído, visível, habitado – assim como práticas, normas, experiências, sentimentos, relações, subjetividades²⁶. De múltiplos pontos de vista, o universo doméstico, privado ou coletivo, patriarcal ou moderno, popular ou burguês, rotineiro ou experimental, empírico ou representado, feminino ou masculino é o enfoque dos trabalhos aqui reunidos.

Partindo do conceito de habitação como artefato de cultura, o volume tem como objetivo aprofundar o diálogo entre a arquitetura, as ciências sociais e a história, de forma a relacionar as permanências e transformações nos modos de morar com processos técnicos, estéticos, espaciais, morais, sociais, econômicos e políticos mais amplos. O conjunto de textos que o compõe teve como ponto de partida o simpósio homônimo, realizado entre os dias 27 e 29 de maio de 2014 pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), o Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH-Unicamp) e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (fau-usp), contando para tal também com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Visa, de certo modo, reagir à escassez de pesquisas, fóruns e publicações a respeito do tema no país, contribuindo para a diversificação das leituras disponíveis sobre o habitar e a domesticidade. Para a organização do simpósio procedeu-se um primeiro esforço de localizar pesquisadores que tratassem do tema, inicialmente no Brasil e na América Latina, ampliando-se as discussões para a Europa e os Estados Unidos, e de aproximá-los conforme seus objetos, temas e clivagens. Por meio desse trabalho de curadoria se estabeleceram as três entradas principais de análise – domesticidade, gênero e cultura material –, observadas a partir de temporalidades, espacialidades, grupos sociais, tipologias e metodologias diversas.

O espaço doméstico privilegiado nesta publicação é aquele que se constitui a partir do século xix em um contexto de intensa modernização e urbanização, e que sofre transformações significativas ao longo do século xx, com rupturas, mas também continuidades. Afinal, se novos padrões sociais, morais e arquitetônicos se afirmam ao longo do período, não se pode deixar de notar a persistência de certas relações de gênero e modelos de domesticidade. Desde o século xix, por outro lado, começaram a se multiplicar os registros acerca deste universo até então quase invisível ou exclusivamente representado por homens, cujos registros acerca da personalidade ou da vida privada de outros homens, políticos, monarcas, militares, artistas, cientistas, justificavam-se por sua relevância pública. Desde então, é verdade, na literatura, no teatro, na pintura, no cinema, na fotografia, nos jornais, nas revistas, nas estatísticas, nos relatórios médicos, nas enquetes sociais, não apenas outros personagens da cena doméstica – mulheres e crianças, esposas e amantes, donas de casa, criados(as) e preceptoras(es) – começariam a ganhar fisionomia, mas viriam também a assumir sua autoria.

Os trabalhos aqui reunidos enfocam o espaço de casas, edifícios de apartamentos, conjuntos habitacionais, suas concepções arquitetônicas ou formas de apropriação, sua materialidade ou suas representações – escritas, visuais, cênicas. Centrados ora em sua produção, ora em seu uso, ora em suas interpretações e significados, põem em cena agentes os mais diversos: proprietárias(os), moradoras(es), promotoras(es), profissionais – de

arquitetura, direito, medicina, engenharia, decoração, design, jornalismo, literatura, dramaturgia, artes visuais, assistência social, negócios imobiliários ou da construção – e instituições – profissionais, empresariais, políticas, religiosas, sociais e culturais. Os suportes documentais que mobilizam exprimem também a diversidade de vozes e papéis que representam: leis, regulamentos, periódicos, artefatos, construções exemplares, desenhos, plantas, fotografias, manuais de donas de casa, álbuns de família, relatos orais, cartas, diários, anúncios, projetos, escritos literários, políticas de governo.

O primeiro conjunto de textos, “Domesticidade, patrimônio e cidade”, aborda variadas formas de morar e viver em São Paulo e no Rio de Janeiro entre os séculos xix e xx. Enfocando diferentes tipos de casas e de moradores, os trabalhos procuram escapar de estereótipos de gênero e de grupos sociais, bem como do senso comum que dirige interpretações recorrentes sobre a materialidade dessas cidades e de suas moradias no período. Pautados em problemas historiográficos bem fundamentados e de fontes documentais criticadas e circunstanciadas com maestria, os autores examinam em detalhe suas personagens; os papéis por elas assumidos, impostos ou negociados; as redes de sociabilidade por elas estabelecidas; as construções de identidade e alteridade, apontando quão complexas e nem sempre óbvias são as relações entre vida social e cultura material.

O artigo de Paulo César Garcez Marins revela que o sobrado localizado na antiga rua da Imperatriz, tomado pelos viajantes no século xix e pelos intérpretes do Brasil um século depois como exemplo da reclusão feminina e da separação entre espaço público e privado, materializadas em rótulas antiquadas e sombrias, era na verdade o lar de uma mulher de muitas posses, cuja fortuna garantia vultuosos empréstimos aos membros da elite local. Menos que um artefato disciplinador, as treliças de madeira assumem outros significados no sobrado em questão, cuja proprietária, dona Ana Rosa, teve de negociar um lugar mais ativo na sociedade do que normalmente se imputava às mulheres naquela época. Paulo Garcez alcança com isso a proposta de superar visões normativas sobre o espaço doméstico, as composições familiares e os papéis femininos durante o período colonial, concepções estas fortemente marcadas

por pares de opostos estanques que não consideram o infortúnio e o inesperado entre as intenções senhoriais em voga e as experiências concretas da vida.

Longe está também dona Yayá da experiência de uma família nuclear constituída e da casa como lugar, ao mesmo tempo, de sociabilidade pública e abrigo privado, tal como têm aparecido nos estudos sobre habitação do período republicano. Sozinha como dona Ana Rosa, Yayá experimentou a sociabilidade burguesa por um período, mas dela foi se afastando paulatinamente, impedida de chefiar sua casa, de aproveitar de certa independência e enclausurada em sua loucura e na maneira como dela se tratava no período. As duas casas onde morou, como nos mostra Marly Rodrigues, contam a história dessa mulher e suas relações com a cidade e a sociedade, revelando como a materialidade de sua segunda morada é resultado da sobreposição de usos domésticos e prescrições psiquiátricas. O artigo de Sabrina Studart Fontenele Costa complementa a história da casa da dona Yayá na rua Major Diogo, hoje sede do cpc-usp. Nele a autora recupera a construção original da casa e suas modificações ao longo do tempo, conforme as intenções e usos de seus proprietários, além da vivência de alguns dos espaços, revelando as opções de preservação e restauro, nem sempre coesas, que acabaram deixando à mostra as várias camadas de tempo e as diferentes experiências de domesticidades ali acumuladas.

A casa da rua Major Diogo, no Bixiga, abrigou além de dona Yayá, filha da elite local, outros três moradores, todos imigrantes de posses, proprietários de lojas comerciais. Eles são outros exemplos que, somados aos apresentados por Ana Lúcia Duarte Lanna em seu artigo, dão conta de desconstruir a imagem ainda recorrente do Bixiga como um bairro homogêneo tanto do ponto de vista dos lotes quanto das tipologias habitacionais, dos arranjos familiares e dos grupos sociais. Ao estudar a trajetória dos imigrantes ditos “calabreses”, recuperando seus lugares de origem, suas experiências pregressas, suas possibilidades de inserção local, a autora revela arranjos entre habitação, trabalho e lazer que deram origem a formas materiais de morar diversas. Além disso, contribui para superar explicações dicotômicas recorrentes sobre a cidade, o bairro e seus habitantes, que opõem espaços públicos aos privados, bairros de elite aos operários, bem como imagens persistentes que

associam habitação coletiva com precariedade, casas com família nucleares, moradias como lugares privados de reclusão familiar e descanso.

Desvendando as representações sobre o Bixiga e os imigrantes “calabreses”, a autora, como Paulo Garcez, dá conta de olhar para a realidade, lidando com o que escapa à norma e construindo uma interpretação mais complexa e matizada da cidade e seus moradores. Esforço semelhante foi feito por Luciana Alem Gennari, ao tratar das casas operárias e de seus moradores nos bairros cariocas de Botafogo, São Cristóvão e Vila Isabel no alvorecer do século xx. Ali, a autora também aponta a centralidade que o tema da casa alcançou, seja como objeto de debates motivados por preocupações sanitaristas, disciplinadoras ou modernizantes, seja como alternativa de investimento de capitais e meio de sobrevivência, seja como testemunho do intenso processo de urbanização em curso. Além disso, como os demais autores, nos alerta que entre o normativo e a realidade há uma infinidade de arranjos que ultrapassam interpretações dualistas e dão conta de mostrar a heterogeneidade populacional e de ocupação dos bairros em questão, bem como a variedade de modos de morar e viver que constituíram a dinâmica social e a materialidade daqueles espaços.

A segunda parte do livro, “Moradias modernas e dispositivos de conforto”, reúne textos de Monique Eleb, Jorge Francisco Liernur, Flávia Brito do Nascimento, Fernando Atique e Carlos Lemos. Paris, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo: quatro cidades; escalas de tempo mais longas, adentrando o presente, ou melhor, recortadas; aportes ampliados à ideia de conforto ou à superposição de usos no interior das residências, ou sobre objetos específicos, uma casa-protótipo, um edifício modelar, um utensílio doméstico; apesar de sua diversidade, em comum as contribuições aqui reunidas permitem reconhecer o lugar pedagógico-disciplinar de agenciamentos espaciais, equipagens técnicas e regulamentos de uso no estabelecimento de novas práticas de viver nas cidades.

O artigo de Monique Eleb explora a noção de conforto doméstico na França a partir do pressuposto de que a sua construção histórica é indissociável dos desenvolvimentos tecnológicos que o redimensionam no tempo e no espaço. Dessa forma, ao mesmo tempo que analisa a emergência do conforto como objeto de desejo e símbolo de distinção social, alerta para a sua dimensão

de dispositivo, isto é, o seu lugar em uma engrenagem técnica de reprodução social que institui determinadas performances, controles e modos de satisfação corporais assim como relações interindividuais e dos indivíduos com os espaços, os móveis, eletrodomésticos e objetos no interior das residências. O panorama de longa duração traçado pela autora permite-lhe, por outro lado, observar como, ao longo do século xx – dos conjuntos de habitation à bon marché aos ajustes contemporâneos nos padrões de conforto habitacional –, a própria ideia de bem-estar vai se distanciando de um sentimento pessoal, subjetivo, para se tornar algo mensurável, racional, administrável, uma verdadeira mise en scène identificável ao equipamento habitacional ele mesmo.

O enfoque de Jorge Francisco Liernur é o fogão, ou melhor, o processo de modernização dos equipamentos de cocção e seu impacto no espaço das cozinhas na Argentina entre 1876 e 1930. Tomando como fonte principal os pedidos específicos de patente junto ao Ministério da Agricultura daquele país ao longo do período, o autor reconstitui o aperfeiçoamento tecnológico do utensílio e suas variações – dos fogareiros e fogões econômicos, dos artefatos híbridos aos mais completos e desenvolvidos –, tendo em vista sua articulação a uma série de processos econômicos, sociais e culturais, como o crescimento do setor na indústria argentina, sua difusão nos meios de comunicação, sua absorção por distintos grupos sociais em função de suas diferentes condições de vida, recursos energéticos e hábitos alimentares. Concentrando-se, pois, em um componente básico da estrutura material da habitação, o artigo elucida o modo como esses novos objetos técnicos se ajustam às distintas formas de moradia, mansões, apartamentos, casas proletárias e cortiços, produzindo frequentemente alterações significativas na condição das cozinhas domésticas.

Se Eleb está particularmente interessada na racionalização das plantas e equipamentos da habitação coletiva, e Liernur em um dispositivo técnico básico ao seu funcionamento reprodutivo, Flávia Brito se detém na elaboração de um protótipo habitacional em particular, desenvolvido por Affonso Eduardo Reidy para sua companheira Carmem Portinho no Rio de Janeiro no fim da década de 1940 e início da de 1950. Chamando a atenção para sua parceria profissional, amorosa e ideológica, a autora descortina o modo como

o espaço privado do casal, ou antes, a residência que construíram para si no Jacarepaguá, constitui não apenas um lugar de refúgio existencial, mas um laboratório de experimentação tipológica integrado à pesquisa de alternativas para a habitação coletiva, que ambos à época empreendiam junto à prefeitura do Distrito Federal. Ao centralizar na leitura do projeto as áreas de serviço, cozinha, dependências de empregados, estruturas de circulação, em geral ainda pouco investigadas pela historiografia da arquitetura e da habitação, o artigo potencializa aspectos cruciais da análise: a relação de gênero entre uma e outro, a aposta feminista em um novo arranjo da vida doméstica e familiar, a relação de classe entre patroa e serviçais, a distância entre o protótipo unifamiliar de classe média e os padrões da habitação popular, assim como entre os regramentos da vida privada e as pedagogias da vida em conjunto habitacional.

O tema da vizinhança, e mais especificamente da vida em edifício de apartamentos, é o enfoque do artigo de Fernando Atique, dedicado a um exame histórico social da habitação no Edifício Esther, construído em São Paulo na década de 1930. Trabalhando com um empreendimento inovador – tanto do ponto de vista de sua arquitetura quanto das propostas residenciais a que se associa –, o autor reconstitui os processos de encomenda, projeto, ocupação e gestão condominial de modo a mapear os ideais de vida coletiva visados, os mecanismos criados pela Sociedade Predial Esther para controlar o uso dos imóveis pelos inquilinos, assim como a convivência em seus interior de distintos arranjos residenciais, práticas de moradia e formas de conflito e convivência no edifício. Trata-se certamente, como no artigo de Brito, de investir no exame de um protótipo de moradia coletiva a que se associa uma determinada pedagogia do viver em comum, em uma cidade cujos padrões de coletivização e verticalização mal começavam a penetrar o universo da habitação.

Carlos Lemos arremata a seção com um artigo de evocação de sua longa trajetória de estudos em história da habitação, que tem como eixo uma análise da superposição de usos cotidianos no espaço da moradia. Trabalhando com um espectro bastante amplo de situações residenciais, de casas autoconstruídas e cortiços a palacetes e edifícios de apartamentos no Brasil, da colônia à atualidade, o autor propõe pensar a alteração e a

heterogeneidade das plantas domiciliares, do mobiliário e dos utensílios em seu interior diante das demandas de uso, práticas e simbólicas, colocadas pelas distintas classes, grupos e gerações de usuários.

A terceira seção, “Corpo, gênero e domesticidade”, trata da vivência dos corpos e da experiência de gênero em espaços encenados e na relação com a materialidade dos artefatos. Nos textos de Heloisa Pontes, José Lira e Silvana Rubino, a domesticidade informa relações de gênero em momentos de intensas transformações sociais dentro e fora do Brasil que têm na metrópole e na sua negação o seu principal locus e forma de expressão. Algo semelhante pode ser pensado para o período enfocado por Vânia Carvalho, afinal, as esculturas produzidas em massa inspiradas nas fêtes galantes materializaram e possibilitaram a hegemonia de valores burgueses do habitar num primeiro momento de intensa urbanização.

Heloisa Pontes, partindo do sentido definido por Durkheim e Marcel Mauss de que a vida social é feita de representações, apresenta o estudo de três peças encenadas nos palcos paulistas entre o fim da década de 1950 e ao longo dos anos 1960: *A Moratória*, de Jorge Andrade, *Fala Baixo Senão Eu Grito*, de Leilah Assumpção, e *À Flor da Pele*, de Consuelo de Castro. Percorrendo os atores, autores, as personagens e os argumentos das três peças, mostra como a domesticidade no teatro é representação das relações familiares, de gênero e de classe das mulheres encenadas. Encenam-se relações de gênero de um mundo em ebulição de transformações em muitos sentidos, mas no das mulheres em especial.

O texto de Vânia Carvalho trabalha também com a ideia de representação. Os objetos, entendidos a partir dos conceitos de cultura material, são parte de sistemas de representações, no qual atualizam as categorias constitutivas da sociedade em que se vive. Por intermédio de pequenas esculturas chamadas fêtes galantes, encontradas em lojas de antiquários da cidade de São Paulo e adquiridas para o acervo do Museu Paulista, a autora busca compreendê-las como objetos de decoração de ambientes domésticos no século xx na mesma cidade. A autora explora as potencialidades de tais objetos para a análise, incluindo os de sua carga simbólica pregressa constituída

do Setecentos, encaradas como nostalgia na sociedade dos séculos XIX e XX. Como o passado é viabilizado pelos valores burgueses nos séculos seguintes? A que serve o passado representado nos interiores domésticos da São Paulo no século XX? São indagações suscitadas pela autora que surgem diante do entendimento dos objetos como parte de sistemas de representações.

Em “Modernismo, Erotismo e Domesticidade Masculina: a Casa Capuava de Flávio de Carvalho”, José Lira revela como, por meio de um exemplo dissonante de habitação, domesticidade e fazer arquitetônico, é possível flagrar inovações de vanguarda não apenas do ponto de vista formal, espacial ou técnico, mas das relações e das ideias de sexualidade, gênero, privacidade e sociabilidade. Como aponta o autor, “em sua radicalidade programática e singularidade vivencial, talvez a casa Capuava [...] possa nos oferecer perspectivas proveitosas de reflexão sobre os significados políticos, psíquicos e eróticos do habitar modernista”. De fato, o que se nota com muito vigor na análise de Lira é que a casa desse solteiro convicto de agitada vida amorosa, social e artística, traça novos códigos e dispositivos de uma vida doméstica marcada pela dramaticidade encenada, a suntuosidade fantasiosa, o ócio lascivo, a sensibilidade potente dos corpos no espaço construído e natural, num tensionamento da moral e dos costumes vigentes.

Silvana Rubino, por sua vez, traz não um movimento libertário, mas a construção de casas como espaços de controle moral e de gênero, também por materialidade e vivência corporal. Por meio de um conjunto de filmes, romances e uma série de tv, produzidos na segunda metade do século XX, entrelaçados com ensaios urbanos, sociológicos e antropológicos, circunstanciados historicamente, a autora reflete sobre os lugares físicos e sociais das mulheres norte-americanas de classe média na passagem dos anos 1950 para os anos 1960 e atualmente. Pensando o subúrbio e a casa simultaneamente como expressão e artefato de gênero, ela revela, por meio de uma escrita instigante e criativa, como, num primeiro momento, a casa suburbana funcionou como um ideal e uma prisão, encerrando as mulheres de classe média naquele espaço e no papel social de mãe, esposa e dona de casa, para mais recentemente se mostrar como um desejo apaziguado, um recuo impulsionado pelo peso

trazido pelas exigências feministas num horizonte marcadamente distópico, algo que não deve ser mais temido, nem visto como uma gaiola de ouro.

A quarta parte, “Representações femininas do habitar”, conta com textos de Joana Mello, Anahi Ballent, Marinês Ribeiro e Mina Hugerth. Com eles, reúnem-se reflexões sobre a representação do espaço doméstico e dos papéis femininos em meados do século xx. Joana, Marinês e Mina, no Brasil, e Anahi, na Argentina, com fontes da imprensa periódica, problematizam os discursos e as práticas da mulher diante dos seus papéis na sociedade e no espaço privado. O lugar da casa e do feminino é estudado com base nas reportagens dos periódicos especializados que comercializam modos de morar, mas que também aconselham às mulheres sobre modos de vida, relações pessoais e profissionais no âmbito da casa.

Nas colunas de Clarice Lispector na imprensa periódica, Joana Mello busca compreender os papéis femininos domésticos e sua relação entre os modos de vida nos anos 1940 e 1950. Interrogando a autonomia da arquitetura moderna diante da demanda dos clientes das residências particulares, a autora coloca questões fundamentais relativas ao campo disciplinar e aos lugares que estes assumem na transformação de costumes e da cultura material do período. Sem os clientes e as demandas por estilos de vida compatíveis com a falta de mão de obra dos empregados domésticos, com o crescimento das cidades e a demanda por espaços exíguos de moradia, o espaço para a arquitetura moderna talvez não tivesse sido tão ampliado.

São as transformações urbanas do Brasil dos anos 1950 e 1960 que levam a modos de morar em apartamentos e espaços mais reduzidos, demandando organizações espaciais e mobiliário adequado. Mina Hugerth e Marinês Ribeiro, estudando os periódicos *Claudia* e *Casa & Jardim*, mostram como a proposição de uma nova domesticidade veiculada na imprensa questionava os papéis femininos estabelecidos na cultura de massas e de consumo. Mina percorre a trajetória de Geórgia Hauner e da empresa *Mobilinea*, empresa de seu marido, Ernesto, para a qual colaborou, para chegar aos projetos de interiores veiculados nas páginas das duas revistas. A forma como a empresa divulgava seus projetos era o seu grande diferencial, por meio dos quais vendia os objetos

e os modos de vida em transformação. Novos padrões de vida familiar e a mudança dos papéis femininos nos anos 1970 terão como aliados as revistas femininas. O artigo de Marinês Ribeiro estuda a domesticidade divulgada na revista *Casa & Jardim*, direcionada às camadas médias da sociedade brasileira. A cultura jovem, por meio do design pop, aparecerá nos ambientes do periódico divulgando modos de morar e de ser feminino que transgrediam os rígidos padrões de comportamento estabelecidos. Em suas páginas, eram apresentadas mulheres como a modelo Silvia da Mobilinea estudada por Mina Hugerth, com posturas que eram, para Marinês, metáforas da liberação feminina.

Finaliza o bloco de artigos da seção, o texto da pesquisadora Anahi Ballent, que analisa o papel da revista *Claudia* na modernização da casa na Argentina dos anos 1960 e 1970. Fundada na Argentina em 1957, a revista foi partícipe de um projeto múltiplo de modernização no país, que integrou a imprensa, os papéis femininos e as formas de habitar dos setores médios. Utilizando formas de diagramação, materiais e cores que se associavam ao universo jovem, assim como os ambientes que veiculavam, a revista divulgava opções destinadas aos pequenos apartamentos. Os “mini departamentos” que o mercado imobiliário produzia estavam acompanhados também de novas formas de morar em casas antigas, que eram reabilitadas por jovens famílias e em acordo com novos estilos de vida.

O conjunto de textos da quarta parte ajuda a colocar em perspectiva as transformações da vida urbana, dos espaços domésticos e das mulheres por meio de representações na imprensa periódica. As duras engrenagens das composições femininas no ambiente da casa estavam em movimento. Os aconselhamentos, seja nas colunas de jornal com as de Clarice Lispector, seja nas coloridas páginas dos editoriais das revistas femininas, cumpriram papel legítimo de transformação, tal como problematizado pelas autoras dos artigos.

A organização das contribuições conforme as seções temáticas acima apresentadas estabelecem um conjunto de relações entre os textos, mas outras certamente podem se construir ao longo da leitura. Afinal, ao privilegiar um recorte temporal relativamente alargado, cidades e países muito distintos, assim como uma diversidade de personagens, linguagens, suportes, destacam-se as

permanências e transformações nas relações de gênero e nos ideais de domesticidade. Os textos aqui apresentados indicam de fato relações de continuidade, mas sua riqueza e profundidade de detalhes, circunscritos historicamente, apontam variações e superam dualismos de toda ordem: masculino e feminino; casa e cidade; espaços privado e público; corpo e objeto; representação e memória. Cada um à sua maneira, os autores aqui reunidos investigam sujeitos, objetos e discursos escolhidos conforme problemas historiográficos, quer de revisão ou proposição de novas formas de pensar e fazer a história social, a história da arquitetura, da cultura material, da habitação, do gênero e da família. De tais reflexões emergem desafios para compreender a representação feminina e do morar que esta publicação não pretende esgotar, mas, antes, ajuda a descortinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Peter. *Eileen Gray, sa vie, son œuvre*. Paris, Ed. de la Différence, 2012.
- AGREST, Diana. “Architecture from Without: Body, Logic and Sex”. *Assemblage*, n. 7, 1988.
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de; PASSAGLIA, Luis Alberto do Prado & ALMEIDA, Odair Carlos de. *Levantamento das técnicas e sistemas construtivos da região do Vale do Paraíba*. São Paulo, Secretaria da Cultura Ciências e Tecnologia/Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico, 1977.
- ARIÈS, Philippe. “Pour une histoire de la vie privée”. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1986, vol. 3.
- AZEVEDO, Sergio de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BLAY, Eva. *Eu não Tenho onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: o Caso de São Paulo. 1930-1954*. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- BONNEVIER, Katarina. “A Queer Analysis of Eileen Gray’s E.1027”. In: HEYNEN, H. & BAYDAR, G. (orgs.). *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*. Londres, Routledge, 2005.
- BRUNA, Paulo. *Os Primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil, 1930-1950*. São Paulo, Edusp, 2010.

- CARPINTÉRO, Marisa. *A Construção de um Sonho: os Engenheiros-arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil (São Paulo, 1917-1940)*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2008.
- _____. “Gênero e Cultura Material: uma Introdução Bibliográfica”. *Anais do Museu Paulista*, n. 8-9, 2003.
- COLOMINA, Beatriz (org.). *Sexuality and Space*. Princeton, Princeton Architectural Press, 1992.
- _____. “Battle Lines: E.1027”. In: AGREST, D.; CONWAY, P. & WEISMAN, L. (orgs.). *The Sex of Architecture*. Nova York, Harry N. Abrams, 1996.
- CONSTANT, Caroline. *Eileen Gray*. Londres, Phaidon, 2000.
- CORREIA, Telma B. *A Construção do Habitat Moderno no Brasil, 1870-1950*. São Carlos, RiMa/Fapesp, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- COTT, Nancy F. *The Bonds of Womanhood: “Woman’s Sphere” in New England, 1780-1835*. New Haven, Yale University Press, 1977.
- DUBY, Georges, “Préface à L’histoire de la vie privée”. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1985, vol. 1.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle. “Écrire l’histoire des femmes”. In: PANTEL, P. S. (org.). *Histoire des femmes en Occident*. Paris, Plon, 1991.
- ELEB-VIDAL, Monique & DEBARRE-BLANCHARD, Anne. *Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités, xviii-xix siècles*. Bruxelas, Archives d’Architecture Moderne, 1989.
- _____. *L’invention de l’habitation moderne, Paris 1880-1914*. Paris, Hazan, 1998.
- EVANS, Robin. “Le Corbusier and the Sexual Identity of Architecture”. In: *Columbia Documents of Architecture and Theory*. Nova York, Columbia University Press, 1993.
- FRIEDMAN, Alice. “Not a Muse: the Client’s Role at the Rietveld Schröder House”. In: AGREST, D.; CONWAY, P. & WEISMAN, L. (orgs.). *The Sex of Architecture*. Nova York, Harry N. Abrams, 1996.
- _____. *Women and the Making of the Modern House: a Social and Architectural History*. New Haven, Yale University Press, 2006.
- HAYDEN, Dolores. *The Grand Domestic Revolution: History of Feminist Design for American Homes, Neighborhoods and Cities*. Cambridge, The mit Press, 1981.

- HEYNEN, Hilde & BAYDAR, Gülsüm (orgs.). *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*. Londres, Routledge, 2005.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- LAVIN, Sylvia. “Colomina’s Web: Reply to Beatriz Colomina”. In: AGREST, D.; CONWAY, P. & WEISMAN, L. (orgs.). *The Sex of Architecture*. Nova York, Harry N. Abrams, 1996.
- _____. *Form Follows Libido: Architecture and Richard Neutra in a Psychoanalytic Culture*. Cambridge, The mit Press, 2004.
- LEMONS, Carlos A. *Cozinhas, etc.* São Paulo, Perspectiva, 1976.
- _____. *Alvenaria Burguesa: Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a Partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café*. São Paulo, Nobel, 1985.
- LEMONS, Carlos A. *História da Casa Brasileira*. São Paulo, Contexto, 1989.
- _____. *A República Ensina a Morar (Melhor)*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- _____. *Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café*. São Paulo, Edusp, 1999.
- LIERNUR, Jorge Francisco. “Casa y Jardines: la Construcción del Dispositivo Doméstico Moderno (1870-1930)”. In: DEVORO, Fernando & MADERO, Marta (dir.). *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires, Taurus, 1999, tomo II.
- LIMA, Zeuler. *Lina Bo Bardi*. New Haven, Yale University Press, 2013.
- LOBO, Eulália et alii. *Questão Habitacional e o Movimento Operário*. Rio de Janeiro, Editora ufrj, 1989.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/Editora unb, 1988.
- MARTIN-FUGIER, Anne. *La Place des Bonnes: la domesticité féminine à Paris en 1900*. Paris, Éditions Grasset & Fasquelle, 1979.
- MCLEOD, Mary (org.). *Charlotte Perriand: an Art of Living*. Nova York: H. N. Abrams, 2003.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.
- NOVAIS, Fernando. “Prefácio”. In: SOUZA, L. de M. E. *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o Debate: o Uso da Categoria Gênero na Pesquisa Histórica”. *História*, vol. 24, n. 1, 2005.

- PERROT, Michelle. "Introduction". In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1987, vol. 4.
- _____. "Manières d'habiter". In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1987, vol. 4.
- _____. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris, Flammarion, 1998.
- PROST, Antoine. "Frontières et espaces du privée". In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1987, vol. 5.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar no Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RAULT, Jasmine. *Eileen Gray and the Design of Sapphic Modernity*. Burlington, Ashgate, 2011.
- RUBINO, Silvana Barbosa. "Corpos, Cadeiras, Colares: Lina Bo Bardi e Charlotte Perriand". *Cadernos Pagu*, vol. 34, 2010.
- SAMPAIO, Maria Ruth A. de (org.). *A Promoção Privada da Habitação Econômica e a Arquitetura Moderna (1930-1964)*. São Carlos, RiMa, 2002.
- SCLAR, Kathryn Kish. *Catharine Beecher: a Study in American Domesticity*. New Haven, Yale University Press, 1973.
- SCOTT, Joan Wallach. "Women's History". In: *Gender and the Politics of History*. Nova York, Columbia University Press, 1988.
- _____. "Gender: a Useful Category of Historical Analysis". In: *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1988.
- STRATIGAKOS, Despina. "Lesbian Builders and Deviant Homes in Modern Germany". In: HEYNEN, Hilde & BAYDAR, Gülsüm (orgs.). *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*. Londres, Routledge, 2005.
- VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7letras/Faperj, 2002.
- WRIGHT, Gwendolyn. *Moralism and the Model Home: Domestic Architecture and Cultural Conflict in Chicago, 1873-1913*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- _____. *Building the Dream: a Social History of Housing in America*. Cambridge, The mit Press, 1981.
- WIGLEY, Mark. "Untitled: the Housing of Gender". In: COLOMINA, Beatriz (org.). *Sexuality and Space*. Princeton, Princeton Architectural, 1992.

DOMESTICIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE

DA REDE À BKF: A CASA PRIVADA E O CONJUNTO PÚBLICO DE CARMEN PORTINHO E AFFONSO REIDY

Flávia Brito do Nascimento

Arquiteta e historiadora, trabalhou no Iphan em São Paulo, foi diretora de pesquisa no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, onde coordenou diversos estudos de preservação do patrimônio cultural. Mestre pela EESC-USP e Doutora pela FAU-USP. Atualmente é professora da FAU-USP no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. É autora dos livros *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (1946-1960)* e *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*.

INTRODUÇÃO

Em 1946, após regressar de viagem de estudos a Londres onde esteve acompanhando os debates da reconstrução do pós-guerra, Carmen Portinho publica uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* intitulada “Habitação Popular”. Os textos davam conta dos programas de moradia social no exterior e dos seus desdobramentos possíveis no Brasil. Completados por outros sobre escolas infantis e trabalho feminino, os artigos fundamentam o pensamento sobre habitação social da feminista e engenheira que se tornaria especialista no tema. Como diretora do Departamento de Habitação Popular (DHP) do Rio de Janeiro por quase quinze anos, defendeu e realizou casas de fácil organização com espaços mínimos necessários à vida familiar, assistidas por serviços domésticos como lavanderias e escolas. Um plano de domesticidade cuja imagem ideal seria a do apartamento das assistentes sociais do Conjunto do Pedregulho, modelarmente ambientado com a cadeira BKF e móveis de linhas simples.

Eram padrões de moradia que sob muitos aspectos contrastavam com a realidade das habitações precárias de onde vinham os trabalhadores,

e que, segundo Carmen Portinho, não poderiam prescindir da tutela assistencialista do ensinar a morar. As convicções do ideal de morar realizado não deixam dúvidas quanto ao estranhamento possível e lançam questões sobre em que medida elas se aproximariam das formas de habitar almeçadas pela própria feminista. A Residência de Jacarepaguá, projetada por seu companheiro Affonso E. Reidy, também um projeto de habitação popular do DHP, leva a refletir sobre a domesticidade proposta por Carmen Portinho em conjuntos como Pedregulho, Paquetá e Vila Isabel. Pretende-se pensar em como suas visões feministas e femininas aparecerão nos projetos de moradia popular elaborados pelo Departamento de Habitação Popular diante dos debates de época sobre habitação pública, trabalho e emancipação feminina, moradia precária, assistencialismo social e movimento moderno.

“QUE INVEJA DAQUELE CASAL...”

Em 24 de agosto de 1930, a engenheira Carmen Portinho participou da visita à Casa Modernista de Gregori Warchavchik em São Paulo por ocasião do 4º Congresso Pan Americano de Arquitetos¹. O grupo de entusiastas, como os chamou, ficou encantado com o que o viu, “não se cansando de observar e admirar aquilo que só conheciam de revistas e livros”. Aos olhos da feminista, cujos direitos pelo sufrágio universal, uma de suas bandeiras, só seriam assegurados dois anos depois, a experiência do espaço doméstico da casa modernista ecoou nos seus desejos pessoais de domesticidade. Em seu relato para o Correio da Manhã sobre o congresso, escreve:

Difficilmente poderei esquecer a sensação esquisita e extraordinária que senti ao visitar aquele recanto pitoresco e ultra moderno. Invejei, por momentos, a felicidade e o bem estar daquele casal ditoso, que construindo para si tal habitação, conseguira realizar um dos seus mais bellos sonhos architectonicos. E puz-me a pensar, no meu colonial hespanhol, projectado por mim, quando apenas deixava os bancos escolares. E reví na minha imaginação aquella casa ideal que nunca construí e

¹ Nota-se que na qualidade de feminista e profissional, ao mesmo tempo que pensar o espaço doméstico era um desafio pessoal, quando colocada diante da Casa Modernista, ela estava no congresso para refletir sobre o urbanismo, representando o estado do Rio Grande do Norte, com o qual estava envolvida pelo projeto de remodelação de Natal por meio de um convite do governador do estado para apoiar a causa feminista. O moderno, como se sabe, não era a tônica do congresso, cuja festa de encerramento foi no Solar Monjope de José Mariano Filho.

*que não pretendo, jamais, construir... Prefiro vê-la em sonho, incomparavelmente bela, do que destruída pela realização desse meu sonho*².

2 Correio da Manhã, 24 ago. 1930.

O interesse pela arquitetura moderna se fazia sentir no grupo de arquitetos no Rio de Janeiro desde o fim da década de 1920, e Carmen Portinho será uma das defensoras mais entusiastas. No ano seguinte, em 1931, visitou a casa de Warchavchik no Rio, o que revela sua aproximação do grupo moderno, ajudando logo depois a fundar a Revista Municipal de Engenharia, veículo que seria responsável pela divulgação de muitos projetos do grupo da chamada “escola carioca”³.

3 Diário da Noite, 22 out. 1931.

Levaria ainda alguns anos para que ela pudesse inaugurar sua própria casa de feições modernas. Isso aconteceria cerca de vinte anos depois, em 1952, quando Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy, seu companheiro, terminaram a construção de sua residência no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro. Embora fosse a morada do casal, a “Residência Carmen Portinho”, tal como publicada nas revistas especializadas, levava apenas o nome da dona da casa, no que parece não ter sido ao acaso, mas indício dos complexos entraves sociais das formações familiares incomuns nos anos 1950.

A divulgação da sua residência seria mais discreta do que a da casa-manifesto de Warchavchik. A arquitetura moderna brasileira não precisava mais de afirmações tão contundentes. Seu processo de publicização, desde os anos 1930, tinha sido progressivo e constante, no qual Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy haviam tido significativa participação com ações, projetos e ideias. O refúgio doméstico que construíram nas longínquas terras da antiga Freguesia de Jacarepaguá dos anos 1950 era, por um lado, a possibilidade de afirmação do ideário moderno, mas também lugar de descanso e privacidade. Embora eles fossem o casal mais conhecido do meio arquitetônico carioca daqueles anos, era também o mais discreto. O grupo de arquitetos modernos era mormente masculino e, mesmo havendo mulheres, que chegaram em número crescente na Escola Nacional de Belas Artes a partir dos anos 1940, a parceria profissional entre casais era singular no meio. Jorge Moreira e Giuseppina Pirro, por exemplo, ambos arquitetos, nunca se apresentaram como casal que compartilhava projetos.

4 Carla B. Pinsky, *Mulheres dos Anos Dourados*, 2014.

5 Pouco se sabe da condição do seu primeiro casamento e da separação de Gualter Adolpho Lutz, irmão de Bertha Lutz. Em notícias de jornal do início dos anos 1930, quando teria acontecido o casamento, ela é mencionada com o sobrenome de casada, referência que depois desaparece. Gualter Lutz trabalhou como médico e dentista realizando estudos de medicina forense, além de ter acompanhando a irmã em projetos de documentação da obra do pai. Violinista amador, morreu aos 66 anos em 1969. Biblioteca Virtual em Saúde, disponível em: <www.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/heranca/gualter.php>. Acesso em: ago. 2015.

6 Henrique Mindlin, *Arquitetura Moderna no Brasil*, 1999, pp. 76-77, grifos meus.

A força das ideias de Carmen em favor da emancipação feminina e da habitação, eloquente nas suas escolhas profissionais, nem sempre estava às claras na sua vida pessoal naquele mesmo período, que terá desdobramentos nos espaços domésticos que produzirá. O conservadorismo que reinava na sociedade dos anos 1950, onde a mulher dos anos dourados ainda estava limitada aos recônditos do lar e aos papéis de esposa e mãe, colocava para aquelas que buscavam outras formas de inserção social muitos desafios⁴. A feminista Carmen estava em seu segundo casamento, antes do reconhecimento do divórcio no Brasil, e a parceria com Reidy era conhecida, mas não oficializada⁵. A nomenclatura da casa em Jacarepaguá, sem menção ao fato de ser do casal, indica as tensões possíveis, já que a casa era reconhecida como aquela que Affonso Eduardo Reidy fez para Carmen Portinho. Nas emblemáticas publicações que traçaram a história da arquitetura moderna no Brasil, como *Arquitetura Moderna no Brasil* de Henrique Mindlin, a casa merece um verbete, onde se destaca o papel da engenheira, sua proprietária, no movimento moderno brasileiro:

Esta casa foi concebida para ser, ao mesmo tempo, residência permanente e refúgio contra as crescentes dificuldades da vida urbana de uma jovem engenheira, ativamente interessada em arte moderna que dirige atualmente a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e que, como chefe do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi a principal responsável pela construção do projeto de Pedregulho⁶.

Na menção à casa como refúgio da vida urbana carioca fica implícita a necessidade de privacidade, o que chama a atenção para o fato sui generis de uma mulher solteira ir morar sozinha nos anos 1950 no bairro de Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. Fato que, para os que conhecem a geografia do Rio de Janeiro, parece improvável. Até o fim século XIX, a região de Jacarepaguá era essencialmente rural, ocupada por engenhos e propriedades rurais. No começo do século XX, elas foram sendo loteadas, mas permaneceram com baixa

ocupação, ocupadas esparsamente por clínicas, hospitais e casas de repouso. Os loteamentos particulares permaneceram vazios à espera da valorização, até que na década de 1960 a ocupação por moradia se consolida⁷. A opção por Jacarepaguá nos anos 1950 não era usual, sobretudo para um casal que trabalhava no centro. Segundo depoimento de Francisco Bolonha⁸, ao fim do expediente, Reidy discretamente esperava por Carmen na esquina do edifício onde ficava o DHP, e juntos seguiam de carro para o bairro. A casa era um refúgio doméstico do casal que estava envolvido de maneira muito intensa com a criação de novas formas de morar ligadas à arquitetura moderna.

A “Residência Carmen Portinho” era um espaço de afirmação conceitual do casal, que dificilmente se separa das suas lutas públicas pela realização de certa arquitetura e urbanismo. As trajetórias entrelaçadas em favor de obras em que o habitar era tema central, como as do Departamento de Habitação Popular, colocarão os desafios de domesticidade, do trabalho feminino e do novo homem estado-novista, no centro de seus questionamentos. Há, portanto, uma indissociabilidade entre os projetos de Carmen e de Reidy para os setores públicos e privados, e muitas vezes as realizações do casal unindo urbanismo, habitação social e arquitetura moderna parecem ser também uma forma de expressão de suas convicções pessoais.

OS URBANISTAS

A parceria entre Carmen e Reidy será constante no campo profissional. O Conjunto Residencial do Pedregulho e o Museu de Arte Moderna são evidentes dos esforços do casal para consubstanciar obras que acreditavam ser importantes para a cidade. Frequentando as mesmas rodas profissionais e talvez sociais desde os anos 1930, Carmen e Reidy estiveram na Escola Nacional de Belas Artes – ele como estudante de Arquitetura, ela como interessada na área, embora já formada em engenharia em meados 1924. A década de 1930 delinear a trajetória do casal enlaçada ao moderno e ao urbanismo. Nomeados funcionários da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Rio de Janeiro, trabalharam em obras e projetos de interesses comuns. Ela, supervisionando obras públicas, como a da Escola Municipal no subúrbio

7 Hélio Vianna, *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e Zona Sul*, 1992.

8 Flávia Brito do Nascimento, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, 2008.



1
Residência Carmen Portinho, anos 1950. Fonte: Henrique Mindlin, *Arquitetura Moderna no Brasil*, 1999.



2
Residência Carmen Portinho, anos 2000. Foto da autora.

9 Roberto Conduru, “Par ímpar”, 2000.

de Ricardo de Albuquerque, projetada por Reidy, entre outras tantas desse período anterior à constituição do grupo do Ministério da Educação e Saúde Pública, como também o Albergue da Boa Vontade⁹.

Para Carmen, a intensificação da luta feminista em favor dos direitos das mulheres à emancipação política e econômica nos primeiros anos da década de 1930 vem junto da progressiva militância em favor do movimento moderno. Carmen seguia protagonizando a luta feminista e fundará, em 1929, a União Universitária Feminina para apoiar as mulheres em suas carreiras e defender seus interesses nas profissões liberais. Em 1937, funda a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas.

A postura vanguardista na vida parecia estar em busca de expressões artísticas e profissionais que lhe fossem condizentes. No papel de secretária e depois editora na Revista Municipal de Engenharia da prefeitura do Distrito Federal publicará obras do grupo moderno, transformando a revista em veículo fundamental de divulgação e circulação de ideias. Inúmeras obras dessa geração aparecerão na Revista PDF, como ficou conhecida. Já no primeiro número, foi publicado o Conjunto Residencial da Gamboa de Lúcio Costa e Gregori Warchavchik e, nos seguintes, estariam estampadas obras importantes da arquitetura e do urbanismo modernos no Brasil.

Se a arquitetura moderna se expressava como área de interesse comum ao casal, outro ponto de convergência profissional foi o urbanismo, que logo se tornou prática. Em 1936, Carmen realizou o curso de especialização em urbanismo na Universidade do Distrito Federal e foi nomeada pelo prefeito Henrique Dodsworth, junto com Reidy, para a Comissão do Plano da Cidade. Reidy já fazia parte da equipe de profissionais que, trabalhando com Le Corbusier, desenvolverá os projetos para o campus da Universidade do Brasil e para o Ministério da Educação e Saúde Pública, marco inaugural daquilo que historiograficamente se reconheceu como a “nova arquitetura”. Carmen terminou a década de 1930 como a primeira mulher a graduar-se em urbanismo pela Universidade do Distrito Federal com a dissertação Ante-projeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central, na qual realiza o plano urbanístico de uma nova capital do Brasil¹⁰.

10 Carmen Portinho, “Ante-projeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”, mar. 1939. O curso foi concluído em 1939 com a apresentação dos projetos pelos candidatos ao título de “urbanista”: Carmen Portinho, Paulo de Camargo, Ricardo Antunes, Dante Jorge de Albuquerque e Albino dos Santos Froufe à banca, composta por Marcelo Roberto, Adolpho Morales de los Rios, Carlos Leão e Nestor Figueiredo.

Carmen e Reidy chegam à segunda metade da década de 1940 diante da perspectiva de fazer a cidade. Para Carmen, vencida a luta sufragista, era tempo de aproximar-se dos temas da habitação, cujas demandas eram urgentes no Rio de Janeiro. As favelas cresciam nas estatísticas e eram reconhecidas como um problema para a municipalidade, na qual ela trabalhava. Tem início o período mais produtivo de suas vidas profissionais. A partir de 1946, Affonso Reidy e Carmen Portinho são designados chefes de seção do recém-criado Departamento de Habitação Popular da Prefeitura, o DHP. Dois anos depois, em 1948, Carmen será nomeada diretora do DHP, e Reidy diretor de urbanismo da prefeitura, cuja permanência se alternará durante toda a década de 1950. A nomeação de Carmen Portinho foi largamente comemorada pelos movimentos feministas, que lhe ofereceram festas de celebração pelo feito profissional, o que ajudou a dar a medida da importância pela conquista. Ela ficaria no cargo de diretora por catorze anos, com a tarefa de promover moradia digna às camadas populares, enfrentando muitos desafios para efetivar o planejado.

Ainda que responsáveis por projetos distintos na prefeitura, Carmen e Reidy viveriam as transformações do Rio de maneira conjunta, compartilhando ideais e realizações de urbanismo e de movimento moderno. Nos Departamentos de Habitação Popular e de Urbanismo da prefeitura estiveram à frente das propostas de transformação do Aterro do Flamengo e de estruturação de novo centro administrativo municipal na área central e do programa de habitação social da prefeitura. O Departamento de Habitação significou a institucionalização da arquitetura e do urbanismo modernos no âmbito da municipalidade, sendo o órgão responsável pela construção e implantação dos conjuntos residenciais do Pedregulho, Paquetá, Vila Isabel e Marquês de São Vicente¹¹.

Carmen Portinho esteve à frente da construção dos quatro conjuntos habitacionais do DHP – nenhum deles totalmente concluído conforme o projeto. O primeiro a ser projetado foi o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho, cuja primeira versão data de 1946, de autoria de Affonso Eduardo Reidy, que ganhou fama internacional e, paradoxalmente, acabou

¹¹ A equipe técnica era composta por importantes arquitetos, engenheiros e assistentes sociais ligados à causa moderna, como Sydney Santos, Francisco Bolonha, Lígia Fernandes e Affonso Eduardo Reidy, responsável pela concepção arquitetônica dos conjuntos e autor do projeto para os conjuntos da Gávea e do internacionalmente divulgado Pedregulho.

por ofuscar as demais realizações do grupo. O curvilíneo bloco a só viria a ser completado em 1960, num momento em que o departamento perdeu força na discussão das políticas habitacionais para a cidade. Em seguida, em 1950, já em uma escala diversa, o arquiteto Francisco Bolonha projetou o Conjunto Residencial de Paquetá, com o intuito de erradicar as favelas da ilha que lhe dá nome. Em paralelo, Reidy desenvolveu o projeto do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, o Gávea. A elaboração desse projeto era a finalização de um processo iniciado nos anos 1930, que remetia à erradicação de favelas em redor da Lagoa Rodrigo de Freitas, cujos moradores, após um estágio de adaptação nos Parques Proletários, iriam morar nas casas definitivas. Finalmente, o Conjunto Residencial de Vila Isabel foi projetado em 1954 por Francisco Bolonha e situa-se no terreno do antigo jardim zoológico da cidade. De todos os conjuntos do DHP, foi o que ficou mais longe da conclusão: nem sequer o bloco residencial chegou a ser concluído.

Em 1950, o Pedregulho, a obra mais emblemática da parceria do casal, foi parcialmente inaugurado. O plano inicial do Conjunto Residencial do Pedregulho previa todos os elementos vitais ao funcionamento de uma unidade de vizinhança: escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com áreas de playground, clube e creche. A primeira parte inaugurada do conjunto incluía os dois blocos residenciais com 56 apartamentos duplex de quatro quartos, mercado, lavanderia, centro de saúde e jardins projetados por Burle Marx. Escola, piscina, vestiário e ginásio de saúde foram inaugurados no ano seguinte. O curvilíneo bloco a ficou parcialmente pronto em 1958, mas sua ocupação total se deu em outra administração, na década de 1960, quando Reidy e Carmen já estavam aposentados da prefeitura. O bloco c, a creche e o berçário contíguos nunca foram construídos, nem sequer iniciados.

Mesmo tendo enfrentado inúmeras dificuldades de ordens material e profissional para construir o Pedregulho, o fato é que nele estão reunidas as convicções da arquitetura e urbanismo modernos, estruturadas em já duas décadas de vida profissional de Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy.

Fornecimento público de habitação coletiva, organização em unidades residenciais autônomas e apartamentos coletivos serão a expressão dos caminhos que haviam percorrido até o momento, chegando aos anos 1950 como um casal.

O “REFÚGIO” DA ENGENHEIRA E AS CASAS POPULARES DA PREFEITURA

Os apartamentos dos blocos residenciais b1 e b2 do Pedregulho ficaram prontos ao mesmo tempo que a Casa de Jacarepaguá foi inaugurada. O tema da habitação e das formas de morar era vivenciado pelo casal nas suas dimensões pública e privada, cujos limites eram muito tênues. Mais uma vez, Henrique Mindlin observa na apreciação da casa um elemento do mobiliário que ajuda nas pistas para entender os conceitos de habitação e de domesticidade em Carmen Portinho. O arquiteto chama a atenção para uma rede no terraço com vista para a massa arbórea, afirmando ser elemento de uso ainda muito comum no Brasil¹².

A rede aparece desenhada nas plantas para a casa, mas nunca nas fotografias publicadas nacional e internacionalmente. Ao lado do mobiliário moderno com chaise de Alvar Alto, obras de arte compradas por Carmen quando esteve na Inglaterra e a cadeira bkf, estava prevista uma rede na varanda. Talvez a busca pelas relações entre tradição e modernidade conformadoras da trama narrativa da arquitetura moderna brasileira tenham chamado a atenção de Mindlin, também um dos responsáveis pela divulgação de seus vínculos indissociáveis. Mas talvez o uso ou a intenção de usar um elemento do mobiliário indígena, tornado popular nas casas brasileiras, fizesse menção indireta ao fato de Carmen Portinho ser a diretora do Departamento de Habitação Popular, cujos projetos eram também publicados por Mindlin. Isso nos ajuda a colocar questões sobre quais seriam as relações entre o ideal de moradia particular de Portinho e aqueles dos apartamentos que ajudou a construir no âmbito do DHP.

É hora de dizer que a Casa de Jacarepaguá era, ela mesma, um projeto elaborado para o Departamento de Habitação Popular, fato nunca mencionado nas revistas de época em que foi publicada¹³. A história da residência de Carmen Portinho está intrinsecamente ligada à história da habitação social

¹² Henrique Mindlin, op. cit., pp. 76-77.

¹³ O projeto da “Residência de Jacarepaguá” foi publicado por Geraldo Ferraz, “Individualidades na História Atual da Arquitetura no Brasil: Affonso Eduardo Reidy”, abr. 1956; *Arquitetura e Engenharia*, maio-jun. 1954; Henrique Mindlin, op. cit., pp. 76-77.



3, 4, 5
Carmen Portinho e interior de sua
residência. Fonte: NPD-UFRJ.



no Brasil. Não apenas porque o casal Carmen e Reidy liderou importantes debates e realizações de moradias populares na cidade, mas também porque a residência fazia parte do programa habitacional institucionalizado na cidade a partir de 1948 por meio do departamento.

Desde 1937 havia na prefeitura do Rio um programa de concessão gratuita de projetos de casas unifamiliares classificadas como proletárias. Tais casas poderiam ser construídas nas zonas residenciais designadas para habitação popular pelo decreto n. 6.000, que regulamentava o zoneamento da cidade. Neste, eram delimitadas as áreas de uso industrial nas zonas norte e oeste, ficando a habitação popular ou proletária restrita às mesmas regiões. O Departamento de Construções Proletárias iria fornecer os projetos, tal como indicados pela legislação. Esta previa que as habitações proletárias deveriam ter até 70 metros quadrados quando de um pavimento, ou 60 metros quadrados por pavimento, excluindo-se a varanda, se voltada para o logradouro, cobertura de tanque e garagem. Os aspectos técnicos e estéticos da moradia estavam descritos em lei, reverberando os debates sobre a habitação proletária e as questões sanitárias que aconteciam nos congressos sobre habitação dos anos 1930¹⁴. Salas e quartos deveriam ser revestidos de madeira ou equivalente, com pé-direito mínimo de 2,6 metros; cozinha e banheiro revestidos no piso de ladrilho ou cimento no piso, nas paredes, até meia altura, de azulejo ou cimento liso, com pé-direito de 2 metros. O Serviço de Construções Proletárias forneceria gratuitamente os projetos, isentando os proprietários de taxas e impostos, chamados selos, pelo seu licenciamento. Havia uma clara intenção de favorecer a propriedade dos imóveis, ordenando as formas de morar.

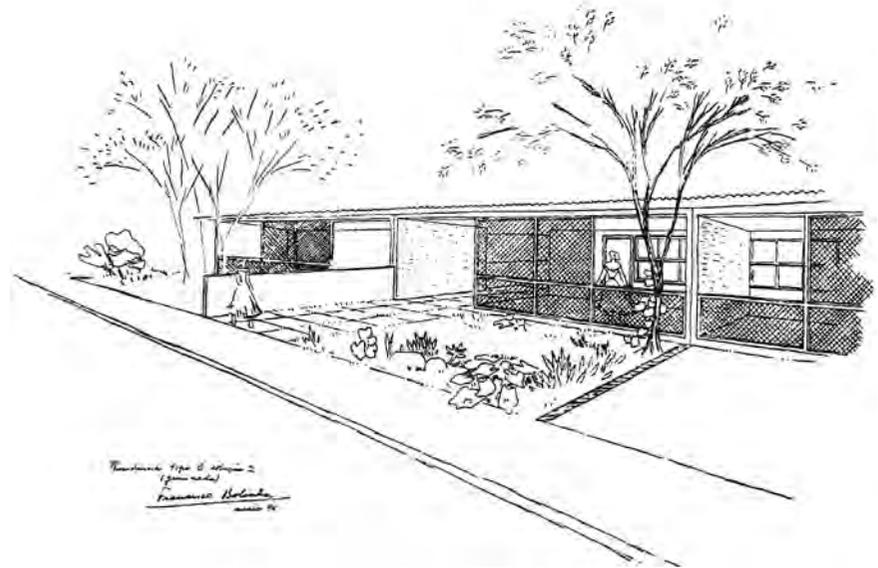
Ao assumir a direção do DHP em 1948, Carmen Portinho, embora fosse fervorosamente contrária à habitação unifamiliar isolada no lote como solução de habitação, “que favorecia o individualismo”, acaba mantendo o programa de concessão de projetos populares, mas altera as tipologias arquitetônicas dos imóveis. Razões políticas a teriam feito manter o fornecimento de projetos e licenças e impedido que passasse a responsabilidade dos licenciamentos ao Departamento de Edificações da pdf, como tentou em algumas administrações.

14 Marisa V. T. Carpintéro, *A Construção de um Sonho: os Engenheiros-arquitetos e a Formulação da Política Habitacional do Brasil, 1997*; Telma de Barros Correia, *A Construção do Habitat Moderno no Brasil: 1870-1950, 2004*.

15 Os tipos revogados são: Tipo a – solução i, ii, iii, iv, v e vi; Tipo b – solução i, ii, iii, iv, v, vi, vii, x, xi, xii; Tipo c – solução i, ii, iii, iv, v, vi, vii, viii, ix, x, xi, xii, xiii, xiv, xv, xvi; Tipo d – solução i, vii e viii; Tipo e – solução i.

Todos os tipos aprovados em 1937 foram revogados¹⁵, e ela pede ao corpo técnico que projete outros novos, de acordo com a arquitetura moderna, todos publicados na Revista Municipal de Engenharia ainda em 1948, no ímpeto de mudanças da nova diretora do DHP. Foram, inicialmente, cinco projetos novos dos arquitetos Francisco Bolonha, Hélio Modesto, Lygia Fernandes e José Oswaldo Costa classificados como Tipo a solução I (um quarto); Tipo b soluções I e II (dois quartos); Tipo c soluções I e II (três quartos). Posteriormente, novos tipos foram aprovados, dentre eles o Tipo e solução I, que era, na verdade, a “Residência Carmen Portinho” projetada por Affonso E. Reidy.

Embora não se tenha encontrado até o momento outros licenciamentos para o Tipo e solução I, a Residência Carmen Portinho, para os demais “tipos oficiais” foi possível localizar diversos processos de aprovação, bem



6
Projeto de habitação social Tipo b solução i do Departamento de Habitação Popular. Fonte: Flávia Brito Nascimento, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, 2008.

como outros tantos que o proprietário apresentava seus próprios projetos¹⁶. Era muito comum que os proprietários ou interessados em construir casas populares recorressem ao DHP para legalizar projetos e receber a cota de sacos de cimento fornecida gratuitamente para a construção¹⁷. Embora, para a aprovação da sua casa, Carmen e Reidy pudessem ter apenas dado entrada no Departamento de Habitação Popular com o pedido de licença de construção, uma vez que as dimensões da casa e sua localização (bairro de Jacarepaguá, na ZR3, zona residencial passível de construção de casas populares) eram compatíveis com a legislação, eles optaram por institucionalizar o projeto.

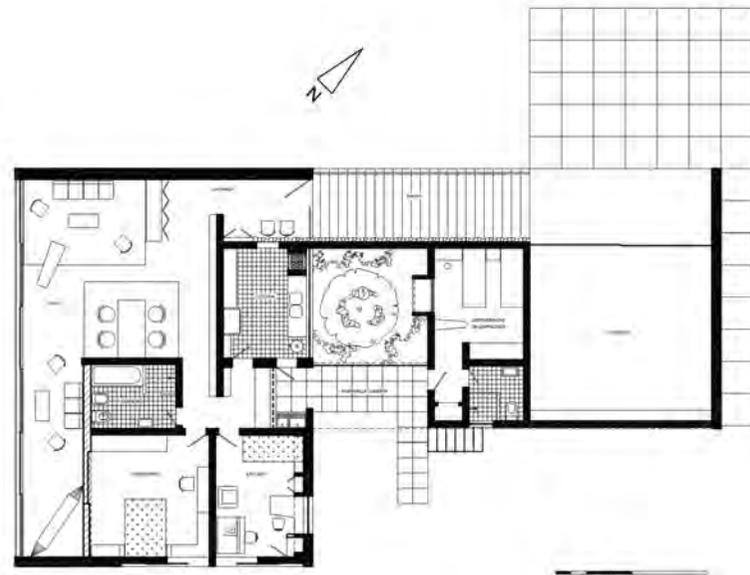
O projeto da casa que se destinava a “terrenos acidentados” explicitava a preocupação com a ocupação das encostas da cidade, disponibilizando uma solução para tais áreas, tão comuns no Rio de Janeiro. Este é um problema que

16 Segundo depoimento de Lygia Fernandes, esses projetos eram adaptados muitas vezes de acordo com o pedido do proprietário. O DHP fornecia uma consultoria indicando as soluções e revendo os projetos, servindo como órgão licenciador dos projetos populares. Esta será uma faceta importante da política de legalizações: nem todos os processos registrados no DHP eram de projetos-tipo fornecidos gratuitamente. O número mais exato das legalizações em relação aos tipos oficiais não foi possível precisar, já que milhares de processos passaram pelo departamento. Em raros casos, os processos publicados no Diário Oficial vêm acompanhados do tipo seja “projeto apresentado” seja “tipo oficial”, não sendo do alcance desta pesquisa a verificação em loco dos quase 30.000 projetos que deram entrada do pedido de alvará entre 1946 e 1960.

17 Embora as casas proletárias licenciadas pelo DPH e pelo DCP fossem previstas para autoconstrução de seus proprietários, sem a intermediação de firmas construtoras (o que aconteceu, sobretudo, após a Lei do Inquilinato de 1942), algumas destas eram construídas por empreiteiros que faziam loteamentos inteiros para depois sublocar ou vender os imóveis.

7
Maquete do projeto Tipo e solução i para o Departamento de Habitação Popular de autoria de Affonso Eduardo Reidy. Fonte: Flávia Brito Nascimento, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, 2008.





8, 9
 Projeto Tipo e solução | aprovado na
 prefeitura e efetivamente construído
 como a Residência Carmen Portinho.
 (Redesenho de Flávia Brito do Nas-
 cimento em 2004)

Reidy enfrentou na grande escala da curva serpenteante do Pedregulho e na pequena escala de sua própria casa. Ambos os projetos foram implantados da mesma forma: o respeito às curvas de nível do terreno faz com que as edificações pousem sobre a encosta, apoiadas em pilotis, aproveitando a vista proporcionada pela situação dos morros, cuja fruição é possível por grandes aberturas fechadas com vidro e venezianas, de modo que a aeração esteja também garantida.

Entre o projeto aprovado pela prefeitura no DHP e a casa construída, algumas alterações foram feitas. O projeto aprovado como tipo oficial enquadrado na categoria popular tem área um pouco menor do que a casa construída por Carmen. No projeto da prefeitura, parte da sala era dividida em varanda, ficando fora da metragem construída. De acordo com a legislação, varandas voltadas para o logradouro não eram contabilizadas como área edificada, e, mesmo o acesso à casa sendo feito pela rua Timboáçu, o endereço do processo na prefeitura do Distrito Federal é estrada do Guanumby, para onde se volta a grande varanda e a sala de estar. Posteriormente, a varanda foi incorporada ao espaço interno da residência, sendo fechada por uma esquadria que articulava vidro e venezianas de madeira, tais como as do Pedregulho. No fechamento do quarto e do banheiro para o ambiente da varanda, a parede com esquadrias de vidros basculantes é a mesma que aparecerá no Bloco A do Pedregulho em diversas situações. O telhado de águas invertidas, ou em borboleta, conformado pela inclinação dos dois blocos da casa, será elaborado de maneiras similares em outras obras de Reidy no Pedregulho, como na lavanderia e mercado e no edifício do posto de saúde.

A grande laje solta e engastada nos pilotis construída sobre a casa, que servia para festas ou tarefas domésticas, não consta no projeto, já que aumentaria a área total construída, ultrapassando os 70 metros quadrados permitidos às habitações populares. Outros detalhes foram suprimidos ou transformados, como uma das janelas do escritório, que não aparece no projeto aprovado como quarto. O hall íntimo vira rouparia e louçaria, fechado pelo prolongamento da parede da sala, que ganharia uma estante de madeira em toda a sua extensão. O acesso ao que seria o quarto dos fundos, transforma-se em passarela coberta para a “dependência de empregada”.

10

Sala da Residência Carmen Portinho, a qual, no projeto para a prefeitura, era uma varanda. Fonte: NPD-UFRJ. Agradeço a Elizabete Martins a gentileza do acesso à documentação do NPD e à equipe que disponibilizou-se a ajudar na pesquisa.



Além da incorporação da varanda ao ambiente da sala, a mudança mais notória do ponto de vista do programa da casa será o quarto de empregada. Uma vez que nas residências populares não se previam, por lei, dependências para empregados, esse cômodo da casa foi denominado apenas “quarto” no projeto aprovado na prefeitura. Na casa de Carmen, ele se chama “dependência de empregada”, com o mobiliário condizente aos serviços domésticos: uma tábua de passar roupas junto às duas camas de solteiro indica quem fazia o serviço da casa.

Muitos anos depois de a casa já estar construída, em 1976, uma reportagem sobre as mulheres engenheiras e a relação entre vidas pública e doméstica afirma sobre Carmen: “Em casa, não havia grandes problemas. O marido era arquiteto e interessava-se por sua profissão. Os salários eram semelhantes e as despesas de casa eram divididas igualmente. Não tiveram filhos e o trabalho doméstico era resolvido por boas empregadas”¹⁸.

18 O Globo, 15 fev. 1976.

A ajuda com as tarefas domésticas era certamente uma questão para as mulheres que ingressavam no campo de trabalho, tendo relação direta com sua emancipação social e política. Pensar o espaço doméstico de forma racionalizada tinha implicações nas condições de vida da mulher trabalhadora e era um tema para as feministas, sobretudo para Carmen, que se põe a planejar casas para trabalhadores. Para ela, mesmo na sua pequena casa de espaços otimizados e racionais, não seria possível dispensar a ajuda cotidiana.

Nas demais casas unifamiliares fornecidas pelo departamento, a cozinha e a área de serviço foram as mudanças mais evidentes com relação aos projetos dos anos 1920 e 1930. Nos modelos do Departamento de Construções Proletárias, o “setor de serviço” era colocado nos fundos da casa, voltado para o quintal posterior do terreno. Em muitos casos, ele era quase um órgão independente, apenas justaposto às paredes da casa. A setorização mais comum das casas era o acesso por um pórtico ou pequena varanda ligado à sala de estar, os quartos voltados para a sala ou para um corredor seguido de banheiro e finalmente a cozinha e a área de serviço. Esta, um espaço semiaberto, com um tanque para lavagem de roupas.

Nos projetos unifamiliares do DHP de Carmen Portinho, a divisão espacial em usos será mais evidente. Nos Tipo a solução i e b solução ii, de autoria de Francisco Bolonha, o corredor, chamado de “passagem”, é uma peça central para a qual todos os demais cômodos se voltam, configurando uma divisão clara dos setores e evitando-se a promiscuidade das funções. A cozinha ganha lugar mais “nobre” na organização: sai dos fundos e é trazida para o centro da composição, ligando-se à sala através de um passa pratos, uma novidade que aparecerá também no Pedregulho. Nas casas unifamiliares do DHP, as cozinhas

19 Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, “Recônditos do Mundo Feminino”, 1998.

terão destaque por sua localização no espaço da casa e por sua integração com a área social, por meio da solução tipo “cozinha americana”.

Já na casa de Carmen Portinho, a solução para a simplificação da vida diária acabou sendo a ajuda profissional. No que se refere à disposição em planta da cozinha não há grandes novidades. Ela é o elemento intermediário entre a parte íntima e de serviços, ficando junto à passarela que dá acesso à porção dos fundos da casa, onde está a garagem e o quarto de empregada.

Como mostraram Marina Maluf e Maria Lucia Mott¹⁹, embora já se divulgasse desde o começo do século imagens de cozinhas modernamente aparelhadas, a realidade destas eram locais sujos, quentes, malcheirosos, esfumaçados e engordurados, voltados para o quintal das casas. Nos projetos de casas unifamiliares do DHP, realizados na gestão de Carmen, as cozinhas são desenhadas com fogão a gás, armários suspensos e pias com balcões de apoio, algumas vezes ligados diretamente à mesa de refeições pela abertura do passa-pratos.

No momento em que tais casas foram elaboradas e a sua própria casa foi construída, Carmen Portinho já estava há tempos pensando nas relações nas formas de habitação e a organização da sociedade. Sensibilizada com a causa moderna desde a década de 1930, havia se direcionado profissionalmente para o urbanismo. A habitação e a cidade, amalgamados ao espaço doméstico e à emancipação feminina se constituíram progressivamente como área de estudo para Carmen, ao mesmo tempo que o morar moderno se torna prática. Os artigos “A Habitação, o Homem e o Lugar” e “Habitação – o Homem”, de 1939 e 1942, respectivamente, são estudos sobre as formas de morar em diversos lugares do mundo. Passando pelas habitações no Polo Norte e dos povos asiáticos, chega às moradias na Austrália e na África até os povos sul-americanos, procurando apresentar as relações entre os meios físico e geográfico e o morar.

Em 1939, no projeto que apresentou para a futura capital do país como dissertação para graduar-se em urbanismo pela Universidade do Distrito Federal, propõe novas configurações para o morar. No setor residencial da cidade, devidamente organizada segundo os princípios do zoneamento, os

edifícios de habitação teriam uma “usina de serviços domésticos”, com cozinhas que ofereciam refeições aos moradores. Os serviços domésticos eram tratados para além da esfera privada da casa e da sua organização funcional²⁰.

20 Carmen Portinho, op. cit.

A casa como tema social, objeto de intervenção e estudo nos seus aspectos coletivos será a tônica do trabalho de Carmen Portinho no Departamento de Habitação Popular. Simplificar os espaços da casa para os trabalhadores será um de seus esforços a partir do momento em que em dirige o DHP. Seu ponto de partida era o da afirmação da mulher como trabalhadora, e a ela interessava também organizar as unidades residenciais autônomas e suas casas.

A CASA NO CONJUNTO

Nos apartamentos dos conjuntos residenciais do Departamento de Habitação Popular o que se propôs como ponto de partida foi a vida coletiva em unidades residenciais autônomas em que o dia a dia era facilitado com o fornecimento de serviços a curta distância da habitação, como escolas, creches, mercados e postos de saúde. Os serviços da moradia coletiva ajudariam o cotidiano das mulheres, as quais estavam no cerne das preocupações da urbanista Carmen Portinho: “Não tenho a menor dúvida de que os conjuntos residenciais resolvem integralmente o problema da dona de casa. Êles são feitos visando atender às necessidades daquela que sente mais de perto os problemas da família. [...] Sendo a dona de casa a pessoa que leva as crianças à escola, que faz as compras e lava a roupa, procuramos atender a todas essas necessidades sem sair do conjunto”²¹.

21 Tribuna da Imprensa, “Página Feminina”, 1º maio 1955.

Uma das maiores polêmicas do Conjunto do Pedregulho foi justamente o equipamento criado para facilitar o cotidiano feminino: a lavanderia coletiva. Este foi um recurso de projeto utilizado em outros conjuntos residenciais modernos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, sob a justificativa da casa como máquina de morar, com a supressão de espaços supérfluos e o agrupamento de funções sempre que possível. O fardo de lavar as roupas, essencialmente atribuição das donas de casa, seria, desse modo, minimizado. A área de serviço, tal como se constituiu nos anos seguintes de modo incontornável nos edifícios de

22 Lilian Vaz, *Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro: Séculos XIX e XX*, 2002.

apartamentos, ainda não fazia parte do programa da casa. Os serviços domésticos que eram localizados nos fundos da casa, frequentemente no quintal, passaram progressivamente ao lugar denominado “área de serviço”. Na Casa de Jacarepaguá, dois tanques de lavar roupas foram previstos junto à cozinha, na passagem coberta para o quarto de empregadas, ou seja, não configuravam propriamente um ambiente fechado.

Segundo Lilian Vaz²², nos anos 1940 vivia-se principalmente em casas unifamiliares isoladas no lote e as experimentações com o morar eram variadas. No Rio de Janeiro, diante da verticalização, a novidade dos apartamentos foi vendida à classe média como a opção modernizada. Para os promotores da habitação social junto ao Estado, a moradia unifamiliar com casas isoladas no lote representava, por um lado, o desperdício de meios e, por outro, o modelo de vida indesejado. Nas unidades de vizinhança, o espaço privado reduzia-se, e a morada era mínima, tal como nos preceitos internacionais de arquitetura moderna. Ela se completava com os demais espaços do conjunto: as grandes áreas livres, escola, espaços comunitários, clube, creche, serviço social e posto de saúde.

Uma vez que os trabalhadores não poderiam dispor de ajuda para as tarefas domésticas, no próprio espaço construído dos conjuntos residenciais existiriam equipamentos adjacentes facilitadores do cotidiano. Exemplo primeiro é a lavanderia coletiva, que carrega, a um só tempo, dois conceitos: economia do espaço interno da habitação e ajuda à “mão cansada” da operária nas tarefas domésticas²³. A lavanderia coletiva no conjunto residencial foi uma oportunidade de realização dos conceitos de Carmen Portinho. Nos artigos “Habitação Popular” do *Correio da Manhã* propunha casas desenhadas para o mínimo de vida (entre 35 e 70 metros quadrados de acordo com o tamanho da família); seriam células de morar. Os equipamentos que poderiam ser de uso comum saíam do interior e passavam para o exterior da morada. Eram tornados extensões da casa, partes vitais na ajuda e melhoria da vida exaustiva de operários e operárias e ajudariam a criar um senso de comunidade.

A lavanderia coletiva, portanto, implicava não colocar no ambiente privado da casa as funções passíveis de coletivização. Tal fato causou estranheza

23 Carmen Portinho, “Habitação Popular”, *Correio da Manhã*, 27 mar. 1946.

entre os moradores do Pedregulho. A exposição das roupas surradas e o trabalho de levá-las para lavar fora encontrou resistência de moradores e muitos se recusaram a fazê-lo. Para dar o exemplo, Carmen, Reidy e a arquiteta Lygia Fernandes do DHP levaram suas próprias roupas para lavar no conjunto, mostrando o quão simples e eficaz era o sistema proposto. Sobre a dificuldade de aceitar os novos modelos de morar, Carmen Portinho citaria alguns anos depois o exemplo dos apartamentos que visitou na Inglaterra da reconstrução, onde os moradores faziam canteiros nas banheiras em vez de usá-las para a higiene:

Tive a oportunidade de assistir uma coisa surpreendente na Inglaterra. Estava visitando um conjunto residencial de operários, fora da zona urbana, quando deparei, no interior de uma das casas, com uma banheira transformada em canteiro. Aquêles ingleses, também movidos pela falta de cultura, chegaram à conclusão que era mais indispensável um jardinzinho improvisado do que um banheiro onde realmente pudessem tomar banho²⁴.

24 Última Hora, 25 maio 1953.



11
Lavanderia do Conjunto Residencial do Pedregulho. Fonte: Flávia Brito Nascimento, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, 2008.

Delineia-se nesse ponto um dos aspectos mais centrais à constituição dos espaços domésticos para Carmen, na raiz do fornecimento público de habitação pelo Estado: o cunho educativo do morar. Mesmo não tendo conseguido realizar, de modo exclusivo, tal projeto de habitações coletivas nos conjuntos residenciais – e a Casa de Jacarepaguá é um exemplo claro dos paradoxos –, ela acreditava no coletivo como a solução para a moradia popular. A realização de casas para funcionários públicos municipais de rendimentos médios como vigilantes, merendeiras, era também educar.

No Brasil, a produção habitacional e a arquitetura moderna estiveram lado a lado e foram centrais ao processo de constituição do trabalhador estado-novista. O Estado promoveu a habitação a partir dos anos 1937, também porque possibilitava a ingerência nas dimensões sociais e privadas dos trabalhadores, em que os valores de domesticidade no meio operariado ganhavam força com a introdução de ideais familiares burgueses. A mudança do status do trabalhador e o aspecto educativo da habitação eram centrais às políticas de construção de conjuntos residenciais autônomos. Como mostrou Ângela Gomes, “casa e família eram praticamente a mesma coisa”²⁵.

A propriedade privada era, para uns, favorecedora dos ideais de domesticidade desejáveis ao homem estado-novista. Para outros, como Carmen e Reidy, a solução deveria se dar na coletividade, por meio da promoção pública de casas, igualmente capazes de transformar o trabalhador. Eles eram contrários à construção de casas unifamiliares como solução ao problema da habitação dramaticamente vivenciado no Rio de Janeiro. O casal defendeu a moradia coletiva justamente na perspectiva de que ela contribuiria para a formação do trabalhador. Ela estimularia a vida em sociedade e permitiria a reserva de grandes espaços livres, que possibilitariam a prática de esportes em locais apropriados. Os centros comunais dos conjuntos residenciais teriam por função explícita garantir a vida em sociedade, ou melhor, desenvolver nos moradores o hábito de compartilhar a vida, somado à possibilidade de empregarem com mais proveito as horas de lazer, ajudando a “elevar o nível intelectual e moral dos habitantes”²⁶.

25 Ângela M. de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, 1988, p. 364.

26 Carmen Portinho, “Habitação Popular”, *Correio da Manhã*, 14 abr. 1946.

Na série de artigos que escreveu no jornal *Correio da Manhã*, logo que retornou da Inglaterra em 1946, Carmen Portinho organiza suas ideias em favor do plano de habitação para a municipalidade do Rio, as quais serão basilares para o Departamento de Habitação Popular. A habitação era um problema social, afirmava olhando para a cidade e observando as favelas – “focos de doenças contagiosas” – e apontando para o seu lado anti-higiênico – focos de “menores abandonados, delinquentes e toda espécie de vadios, loucos e criminosos”. As habitações salubres e organizadas seriam uma medida profilática fornecida pela prefeitura, parte dos programas de utilidade pública. O problema da habitação deveria levar em conta todos os seus aspectos: habitação, transporte, trabalho e recreio eram funções interdependentes e indissociáveis²⁷.

O aspecto central da sua produção habitacional era o fato de que as habitações coletivas aos trabalhadores garantiriam, ao menos em teoria, a implementação de um plano moral cujos instrumentos eram as várias instâncias educadoras, não apenas a escola. O desafio era garantir a formação de um trabalhador, cuja casa era sua parte vital. “Casa” não era necessariamente “habitação”. Habitar englobava significados mais amplos e referia-se às condições gerais de vida dos moradores.

Se a casa era pedagógica e se organizava em conjuntos residenciais promovidos pelo Estado, habitar extrapolava os limites da esfera privada. Espaço doméstico, vida familiar e trabalho eram amalgamados nas habitações como atribuição pública. Era preciso, além de normatizar o espaço habitacional, acompanhar sua ocupação pelos trabalhadores para que não se tornassem lugares de sujeira, doença ou ócio, perturbadores dos modelos de transformação dos trabalhadores em cidadãos.

Os trabalhadores que foram morar nos Conjuntos do Pedregulho e Paquetá eram funcionários municipais de vencimentos pequenos, como encarregados de garagem, serventes, vigilantes, mecânicos e zeladores, entre alguns poucos professores. Segundo as estatísticas das assistentes sociais, eles vinham de condições precárias de habitação, morando de aluguel em casas simples como vilas operárias. Não conheciam as formas de morar

²⁷ Idem, “Habitação Popular”, *Correio da Manhã*, 27 mar. 1946.

12

Apartamento do bloco b1 do Conjunto Residencial do Pedregulho, ocupado pelas assistentes sociais. (FONTES DAS IMAGENS)



propostas e deveriam ser educados para a nova vida. As assistentes sociais serão peças chaves na tutela aos moradores, acompanhando e ensinando a morar nas novas casas modernas, repletas de novidades.

Carmen Portinho reconhecia a necessidade e importância das assistentes sociais para o DHP. Como afirmou em diversas ocasiões, o trabalho das assistentes sociais com os moradores dos conjuntos residenciais deveria ser cotidiano: “A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador precisa, antes de mais nada de ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil, desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna”²⁸.

No Conjunto de Paquetá foi construída uma casa das assistentes sociais, para que pudessem fazer os trabalhos sociais e permanecer na ilha sempre que preciso, cuja distância do centro do Rio era maior que nos outros casos. Para o Pedregulho não se previu um espaço específico de permanência, mas

²⁸ Idem, “Habitação Popular”, Correio da Manhã, 17 mar. 1946.

ele acabou acontecendo quando os apartamentos foram ocupados em agosto de 1950. Distribuídos os imóveis de acordo com os critérios do departamento e das imposições políticas, onze dos 44 apartamentos dos dois edifícios ficaram vagos por bastante tempo. Um destes apartamentos desocupados do bloco b1, ficou sob a posse do DHP, que o mobiliou modelarmente, servindo também de pouso às assistentes sociais.

A preocupação com o aspecto interno das casas já estava revelada no detalhamento minucioso de banheiros e cozinhas. Afora o mobiliário, que era de responsabilidade de cada morador, a cozinha vinha com móveis planejados e com uma tábua de passar embutida. As cozinhas tinham móveis desenhados para atender às necessidades dos espaços mínimos, no que revela a execução de um plano global de casa, em que os diferentes graus de composição foram contemplados no projeto. Esta era uma convicção de Reidy sobre a profissão do arquiteto: “A ação dos arquitetos [...] deverá ir além, deverá abranger todo o domínio do equipamento material da vida moderna, incluindo desde o utensílio doméstico ao urbanismo”²⁹.

A distribuição interna e circulação dos apartamentos era basilar para o plano habitacional pretendido. A organização em dois andares, além de racionalizar a construção diminuindo corredores, ajudaria na divisão de funções – o setor social no andar de baixo e o íntimo no andar de cima –, evitando-se a promiscuidade de usos dos ambientes da casa. A forma da casa, sua organização em planta e o mobiliário, eram dimensões do aspecto educativo das políticas de habitação. Mobiliário um apartamento modelo era uma atitude política de divulgação daquilo que se considerava um ideal de moradia para o público externo, era uma atitude pedagógica para os moradores: “Muitos nos advertiram: ‘Não vale a pena construir luxuosos prédios modernos, assim. Virarão favela, em breve!’ Não virarão favela porque ao mesmo tempo que se tira uma família de um meio péssimo é preciso educá-la. Educada, compreende, muito mais depressa do que se pensa, que é mais agradável viver bem que mal!”³⁰.

A divulgação do conjunto nas revistas especializadas estampava o apartamento modelo, cujo destaque era uma cadeira BKF, dos argentinos Bonet, Kuchan e Ferrari. As imagens registradas pelo fotógrafo Marcel Gautherot

29 Affonso Eduardo Reidy, Inquérito Nacional de Arquitetura, s.d.

30 Yvonne Jean, “Um Conjunto Residencial Modelo”, 8 abr. 1951.

eram um ensaio do conjunto residencial com aspectos das edificações e dos jardins e acabaram por incluir o apartamento do DHP, mobiliado e decorado exemplarmente. Yvonne Jean, jornalista e feminista belga autora da coluna “Presença da Mulher” no Correio da Manhã, em reportagem sobre o Pedregulho, descreve o apartamento:

O escritório foi instalado num dos pequenos apartamentos, e mobiliado de maneira moderna e econômica para que sirva de exemplo e de ideias aos moradores. Gostam das reproduções de quadros modernos e das cortinas de lona que procuram copiar. Mas não é possível desenraizar tão depressa o amor aos móveis enormes e pesados, às florzinhas artificiais, as litogravuras baratas. Além do mais não é possível esquecer que quem deseja comprar móveis encontra salas e quartos standards pagáveis à prestação do “estilo Catete” enquanto não existem ainda móveis modernos standardizados³¹.

31 Idem, ibidem.

A cadeira BKF representava não exatamente aquilo que se poderia ter numa casa popular naquele momento, mas, assim como o próprio Pedregulho, aquilo que se imaginava como o ideal. A cadeira havia sido projetada pelo trio de arquitetos argentinos em 1938 como parte do equipamento do seu ateliê. Exposta durante uma mostra de interiores em Buenos Aires em 1940, um ano depois seria premiada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, ganhando o mundo das casas modernas. Reproduzida à exaustão e utilizada em inúmeras residências para além da Argentina, a cadeira Hardoy, para “la siesta”, difundida com muitos outros nomes, como BKF e Butterfly, representava um certo modo moderno de ser³².

A BKF era também um dos destaques do mobiliário da casa de Carmen Portinho em Jacarepaguá. Forrada com um tecido listrado, diferentemente da original, que era em couro, ficava em um canto da sala, próximo à janela, ajudando na apreciação da bela vista proporcionada pelas amplas janelas. Ela compunha o “agrupamento de formas e cores que vão na casa moderníssima de Carmen Portinho”, com definiu o colunista social Marcus André do

32 Jorge Francisco Liernur e Pablo Pschepiurca, “Arte y Vida: una Casa en la Ciudad, una Silla en el Mundo”, 2008.

jornal O Globo em reportagem sobre a casa em 1952. A cadeira BKF, presente no Pedregulho e na casa de Jacarepaguá, talvez possa ser um emblema dos sonhos de casas e vidas modernas, nas quais as mãos e pernas cansadas da dona de casa pudessem se sentar em algum momento do dia, apreciar a vista e fazer a sesta.

Para concluir, são sonhos de domesticidade cuja concretização desafia os mais de sessenta anos de existência das edificações, apropriadas e reapropriadas por novas gerações de moradores, estudiosos e visitantes, que cotidianamente interagem com suas representações historicamente constituídas e a realidade construída. Tanto o Pedregulho quanto a casa Carmen Portinho são tombados pelo patrimônio histórico municipal. O Pedregulho, protegido legalmente desde os anos 1980, agoniza na luta por sua restauração, que finalmente encontra-se em curso. A lavanderia deixou de funcionar na década de 1970, e os moradores privadamente dão soluções aos seus problemas de lavagem de roupas. Tanques e máquinas de lavar são instalados no banheiro, e as roupas, contrariando o que havia sido previsto, são estendidas na fachada dos edifícios³³.

A casa de Carmen, hoje ocupada por novos donos depois de sua morte nos anos 2000, representa diferentes ideais de morar. Reformada com os confortos da vida contemporânea, teve a fachada, a cobertura e a volumetria protegidas, uma vez que as mudanças internas feitas na casa davam conta de outros sonhos de domesticidade.

33 Flávia Brito do Nascimento, *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- “A Dona de Casa é a Pessoa mais Importante nos Planos dos Arquitetos”. *Tribuna da Imprensa*, 11 maio 1955.
- ANDRÉ, Marcos. “Uma Casa de Sonho, de Sonho de 1952...”. *O Globo*, 17 out. 1952.
- “As Concepções do Espírito Moderno”. *Diário da Noite*, 22 out. 1931.
- BENTO, Antonio. “Na Casa de Carmen Portinho”. *Diário Carioca*, 10-11 mar. 1955.
- CARPINTÉRO, Marisa V. T. *A Construção de um Sonho: os Engenheiros-arquitetos e a Formulação da Política Habitacional do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

- CONDURU, Roberto. “Par Ímpar”. Teias, vol. 2, pp. 147-152, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do Habitat Moderno no Brasil: 1870-1950*. São Carlos, Rima, 2004.
- FERRAZ, Geraldo. “Individualidades na História Atual da Arquitetura no Brasil: Affonso Eduardo Reidy”. Habitat, n. 29, abr. 1956.
- GOMES, Ângela M. de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Iuperj/Vértice, 1988.
- JEAN, Yvonne. “O Conjunto Residencial Pedregulho”. Correio da Manhã, 23 jan. 1949.
- _____. “Um Conjunto Residencial Modelo”. Correio da Manhã, suplemento, 8 abr. 1951.
- LIERNUR, Jorge Francisco & PSICHEPIURCA, Pablo. “Arte y Vida: una Casa en la Ciudad, una Silla en el Mundo”. In: *La Red Austral: Obras y Proyectos de Le Corbusier y sus Discípulos en Argentina – 1924-1965*. Bernal/Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo Libros, 2008.
- MINDLIN, Henrique. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 1999.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil 3: República; da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- NASCIMENTO, Flávia Brito. *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas/Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural/Gerência de Informação, 2008.
- _____. *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.
- NOBRE, Ana Luiza. *Carmen Portinho: o Moderno em Construção*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/pcrj, 1999.
- PINSKY, Carla B. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo, Contexto, 2014.
- PORTINHO, Carmen. “Casa Modernista”. Correio da Manhã, 24 ago. 1930.
- _____. “A Influência do Nosso Clima na Arquitetura das Prisões”. Revista Municipal de Engenharia, vol. i, n. 1, jul. 1932.
- _____. “Ante-projeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”. Revista Municipal de Engenharia, vol. vi, n. 3, mar. 1939.
- _____. “A Habitação, o Homem e o Lugar”. Arquitetura e Urbanismo, pp. 35-42, jul.-ago. 1939.
- _____. “A Habitação – o Homem”. Revista Municipal de Engenharia, vol. ix, n. 1, jan. 1942.
- _____. “Habitação Popular”. Correio da Manhã, 10 mar. 1946.

- _____. “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, 17 mar. 1946.
- _____. “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, 27 mar. 1946.
- _____. “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, 31 mar. 1946.
- _____. “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, 7 abr. 1946.
- _____. “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, 14 abr. 1946.
- _____. “Trabalho Feminino”. *Correio da Manhã*, 2 jun. 1946.
- _____. *Por Toda Minha Vida: Depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999.
- REIDY, Affonso Eduardo. *Inquérito Nacional de Arquitetura*. Mimeo, s.d.
- “Residência em Jacarepaguá”. *Arquitetura e Engenharia*, ano iii, n. 31, maio-jun. 1954.
- VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro – Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2002.
- VIANNA, Hélio. *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e Zona Sul*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/dgpc, 1992.